



B
K
E

ATA N.º 3 – Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e dez minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelo senhor Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2 – Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2014;
- 3 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2014;
- 4 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- 5 – Proposta de designação do fiscal único e do respetivo suplente da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.;
- 6 – Regulamento da Zona Industrial de Romariz
- Revogação;
- 7 – Proposta de apoio à Junta de Freguesia de Fiães;
- 8 – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo;
- 9 – Estudo, conservação e restauro do espólio arqueológico do Castelo da Feira
- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 10 – Procedimento “Consultoria para melhoria dos processos de gestão”
- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 11 – Procedimento “Técnico responsável pela exploração de postos de transformação e instalações elétricas”
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
- 12 – Conselho Municipal de Educação
- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho;
- 13 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira



- Tarifário para o ano de 2014 (*para conhecimento*);-----

14 – Renegociação do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 15.º do Regimento*);-----

15 – Regimento da Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos senhores vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, António Alves Cardoso, Susana Alexandra Lopes Correia e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Em primeiro lugar, deu nota da impossibilidade da Sr.^a Primeira Secretária da Mesa – Fernanda Paula Marques de Oliveira – estar presente na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa que, no momento, apenas era composta por um dos dois Secretários. Nesse sentido, convidou o grupo municipal do Partido Socialista a indicar, para esse efeito, um seu elemento, tendo sido indicada a deputada municipal Rosa Maria Pinto da Silva – que, de seguida, tomou o respetivo lugar na Mesa. -----

Passou a informar a Assembleia da entrada na Mesa, até àquele momento, de cinco credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos; uma outra da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Álvaro Miguel da Silva Leite; outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Leonardo Alves Barbosa; outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Joana de Vasconcelos Teixeira Coelho; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia



da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Vogal daquele Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho. -----

Informou, ainda, que para além da deputada municipal Fernanda Paula Marques de Oliveira, também o membro Jorge Manuel Ferreira Ferreira (ambos do PSD), solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos na presente sessão. Deu nota da substituição dos mesmos, nos termos da lei, pelos dois cidadãos seguintes da respetiva lista, respetivamente os cidadãos Justino de Amorim Pinto – que se encontrava presente para o efeito – e Juliana Canedo Rocha – que ainda não havia chegado, e que entrou do decorrer da sessão. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Márcio Santos Correia; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, Filipe Ramiro Tavares Moreira; Moisés Salvador Coelho Ferreira; Valter José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; São João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião,



Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela Silva Teixeira. -----

Entraram, no decorrer da sessão, os membros António Domingues Pereira, Eduardo José da Costa Pereira da Rocha, Delfim Manuel Oliveira Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, e Juliana Canedo Rocha – que substitui o membro Jorge Manuel Ferreira Ferreira.-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão extraordinária de 20 de novembro de 2013:-----

- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 04 de novembro de 2013;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, remetendo os resultados da votação verificada por esta Assembleia, na sua sessão extraordinária de 20 de novembro de 2013, sobre a lista ordenada para constituição da Comissão Executiva Metropolitana;-----
- Comunicação dos membros da Assembleia Municipal eleitos pela lista do Partido Socialista, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, indicando os membros que integram o Grupo Municipal do PS, bem como a composição da respetiva Direção;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo os resultados do apuramento das votações nas Assembleias Municipais, sobre a lista ordenada para constituição da Comissão Executiva Metropolitana;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia de documento que foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal no decorrer da sessão extraordinária de 20



- de novembro de 2013, pelo representante do BE – Moisés Ferreira, aquando da discussão do ponto relativo ao imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2014; -----
- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Ceia de Natal realizada por aquela instituição, levada a cabo no dia 21 de dezembro de 2013; -----
 - Convite do CIRAC, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a abertura da Exposição de Pintura “A Arte de trabalhar a tela/dar forma e côr ao silêncio e memórias” – que se realizou no dia 29 de novembro de 2013; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Centro Social e Paroquial de Argoncilhe, informando da impossibilidade de estar presente na comemoração dos 25 anos de atividade daquela instituição e bênção de uma nova viatura – que se realizou no dia 01 de dezembro de 2013, expressando o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por aquela instituição ao longo dos últimos 25 anos; -----
 - E-mail da Sr.^a Vereadora da Educação, Desporto e Juventude, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, no âmbito do novo processo de constituição do Conselho Municipal da Juventude, a indicação, por parte dos partidos políticos representados nesta Assembleia Municipal, de um deputado municipal para integrar aquele Conselho;-----
 - Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e atas da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 e 20 de novembro de 2013;-----
 - E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira (eleito pelo BE), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Zonas verdes e ajardinadas do Concelho”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira (eleito pelo BE), subordinado ao assunto “Zonas verdes e ajardinadas do Concelho”; -----
 - Convite do Sporting Clube S. João de Ver, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o Jantar de Natal – que se realizou no dia 13 de dezembro de 2013; -----
 - E-mail do membro deste Órgão, Sérgio Cirino, ao Sr. Presidente da Assembleia
-



- Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão de 27 de dezembro de 2013, do assunto “Renegociação do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira; -----
- E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira (eleito pela CDU), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos, um subordinado ao assunto “Casas de banho públicas da Feira dos 20 (St.^a Maria da Feira)”, e um outro intitulado “Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Filipe Moreira (eleito pela CDU), um subordinado ao assunto “Casas de banho públicas da Feira dos 20 (St.^a Maria da Feira)”, e um outro intitulado “Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira”; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, propondo, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 31.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito do Orçamento Municipal para 2014, inscrição das dotações, que discriminou, para o funcionamento da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de dezembro de 2013, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de dezembro de 2013, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 02 de dezembro de 2013; -----
 - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira (eleito pela CDU), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Linhas de água poluídas em Rio Meão”; -----
-



- Ofício da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, Minervina Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013, pelo que se fazia representar na mesma pelo tesoureiro daquele Executivo – Álvaro Miguel da Silva Leite;--
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos representantes dos grupos municipais que fazem parte da composição deste Órgão, remetendo pedido formulado pela Sr.^a vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, no sentido de ser indicado um representante para o Conselho Municipal da Juventude; -----
- E-mail da líder do grupo municipal do PS nesta Assembleia Municipal, Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, indicando o membro Daniel Tavares Gomes para integrar o Conselho Municipal da Juventude – e-mail que, por sua vez, foi reencaminhado, para os devidos efeitos, à Sr.^a vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira (eleito pela CDU), subordinado ao assunto “Linhas de água poluídas em Rio Meão”;-----
- Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Luis André Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar no “Concerto de Ano Novo”, a realizar no dia 29 de dezembro de 2013;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de dezembro de 2013; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Fernanda Paula Oliveira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013, por se encontrar fora do País, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----
- Ofício do Comandante da Esquadra Policial de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deixando os seus cumprimentos de despedida ao cessar, por razões de ordem profissional, aquelas funções; -----



- E-mail do membro deste Órgão, Margarida Gariso (eleita pelo PS), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento onde solicita lhe seja facultada pela Câmara o Plano de Passeios/Pavimentos, bem como a Carta das Instalações Desportivas;--
- E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira (eleito pelo BE), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Depósito de lixos em São João de Ver”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro deste Órgão, Margarida Gariso (eleita pelo PS), onde solicita lhe seja facultada pela Câmara o Plano de Passeios/Pavimentos, bem como a Carta das Instalações Desportivas; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira (eleito pelo BE), subordinado ao assunto “Depósito de lixos em São João de Ver”;-----
- E-mail do membro deste Órgão, Valter Amorim, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando, no seguimento do pedido formulado para indicação de elemento para o Conselho Municipal da Juventude, que dado o CDS-PP só ter um eleito legível para ser indicado – ele próprio –, ser ele o indicado por aquele partido para integrar o Conselho Municipal da Juventude, referindo ainda que o Presidente da Concelhia da Juventude Popular do CDS-PP de Santa Maria da Feira, Emanuel Almeida, deve por inerência fazer parte do mesmo Conselho – e-mail que, por sua vez, foi reencaminhado, para os devidos efeitos, à Sr.^a vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude; -----
- E-mail do membro deste Órgão, Lia Ferreira (eleita pelo PS), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento onde solicita lhe seja facultada pela Câmara informação relativa às regras para a atribuição de lugares de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada, públicos e privados, bem como as regras de execução de lugares de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo



membro deste Órgão, Lia Ferreira (eleita pelo PS), onde solicita lhe seja facultada pela Câmara informação relativa às regras para a atribuição de lugares de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada, públicos e privados, bem como as regras de execução de lugares de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada;-----

- E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando, no seguimento do pedido formulado para indicação de elemento para o Conselho Municipal da Juventude, que dado a CDU só ter um eleito legível para ser indicado – ele próprio –, ser ele o indicado por aquele partido para integrar o Conselho Municipal da Juventude – e-mail que, por sua vez, foi reencaminhado, para os devidos efeitos, à Sr.^a vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude; -----
- E-mail do Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando, nos termos da lei, que durante o primeiro semestre de cada ano letivo, às sextas-feiras das 14h00 às 16h00 exercerá as funções de docente no curso de Técnico Superior de Justiça, na Universidade de Aveiro, comprometendo-se a cessar imediatamente a atividade, no caso de ocorrência superveniente de conflito entre as duas funções; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Jorge Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013, por motivos pessoais, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na sessão; -----
- Diversos jornais, revistas e cartões de Boas Festas.”-----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que deu entrada na Mesa um voto de pesar subscrito pelo membro Filipe Moreira, da CDU, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“*Ser pela liberdade não é apenas tirar as correntes a alguém, mas viver de forma que respeite e melhore a liberdade dos outros*” - Nelson Mandela -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NELSON MANDELA -----

O nome de Nelson Rolihlahla Mandela foi inscrito na História, pela mão dos povos, como o de um herói da luta pela emancipação humana. -----



Nascido em 18 de julho de 1918, envolveu-se desde jovem na luta contra o regime de apartheid que vigorava na África do Sul, tendo aderido em 1942 ao Congresso Nacional Africano e tendo sido fundador, em 1944, com Walter Sisulu e Oliver Tambo, da Liga Juvenil do ANC. -----

Após o massacre de Sharpeville, ocorrido a 21 de março de 1960, onde a polícia sul-africana assassinou 69 manifestantes anti-apartheid e feriu 180, Nelson Mandela passou a liderar a luta armada conduzida pelo ANC. -----

Em agosto de 1962, numa operação conjunta da CIA e da polícia sul-africana, Nelson Mandela seria preso. Viria a ser condenado a prisão perpétua, sob a acusação da prática de atos de terrorismo. -----

Passaria 28 anos nas prisões do regime do apartheid. Nesse tempo, passou a ser conhecido como o preso 46664, continuou a animar a luta e resistência contra o regime opressor. Em fevereiro de 1985 foi-lhe negada a liberdade condicional por se recusar a renegar a luta armada do seu povo. Em fevereiro de 1990, culminando a heroica luta antiapartheid do povo sul-africano e uma campanha de solidariedade mundial pela sua libertação pelas forças progressistas de todo o mundo, Nelson Mandela seria libertado, passando a liderar, na legalidade, o processo político que conduziria ao fim do regime de apartheid.-----

Em 1993, Nelson Mandela, seria galardoado com o Prémio Nobel da Paz, e em maio de 1994 viria a ser eleito Presidente da República da África do Sul, tendo exercido essas funções até 1999. -----

Após a cessação das suas funções como Presidente continuou empenhado na luta pelo respeito integral dos direitos humanos, tendo sido galardoado em várias ocasiões por organizações nacionais e internacionais. Apesar disto, permaneceu até 2008 integrado na lista das personalidades consideradas terroristas pelo Departamento de Estado dos EUA.-----

Nelson Mandela terminou a sua vida como uma das personalidades mais respeitadas em todo o mundo, pela sua integridade política e moral, pelo seu exemplo universal de coragem em defesa da Liberdade, da Justiça, da Igualdade e da Paz entre os seres humanos, pelo seu abnegado empenhamento nas causas mais nobres da Humanidade. -----

A CDU propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na sua sessão ordinária de dezembro, delibere: -----

a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Nelson Rolihlahla Mandela; -----



- b) Propor que seja atribuído, a um espaço público, o seu nome;-----
c) Remeter o presente voto de pesar para a Embaixada de África do Sul.” -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o Voto de Pesar em referência, tendo-se, em seguida, aguardado um minuto de silêncio em memória de Nelson Mandela.-----

Entraram os membros António Domingues Pereira, António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro e Juliana Canedo Rocha – que substitui, nesta sessão, o membro Jorge Manuel Ferreira Ferreira.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou de que deram entrada na Mesa seis moções – uma do PS, duas da CDU e três do BE – bem como três recomendações apresentadas pelo BE, dizendo que concederia a palavra aos subscritores desses documentos para os apresentarem à Assembleia e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre os mesmos.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar à Assembleia as duas moções que fez chegar à Mesa e cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014 -----

Considerando que o Orçamento de Estado para 2014:-----

- a) Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais dele indissociável, acentua ainda mais redução da participação das autarquias nos recursos do Estado, redução, esta, brutal e absolutamente desproporcionada;-----
b) Reforça as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica aprofundando o ataque à autonomia do Poder Local;-----
c) Prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias no quadro do violento ataque continuado aos trabalhadores da função pública, ao serviço público e ao regime democrático tal como o



- caracteriza a Constituição da República; -----
- d) Induz estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de atividades económicas, contribuindo para o empobrecimento do concelho e para o empobrecimento da população;-----
- e) Visa limitar ou até negar direitos fundamentais como o acesso à saúde, à educação ou à proteção social;-----
- f) Se constitui como um fator de aumento da exploração dos trabalhadores, da redução dos rendimentos dos reformados e de empobrecimento das famílias e ruína das PME em benefício e proteção dos interesses dos grandes grupos económicos e capital financeiro.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera:-----

1. Repudiar o esbulho dos recursos que o Estado deve colocar à disposição das autarquias com vista à manutenção e melhoria das condições de vida em comunidade das populações nos domínios da competência exclusiva ou dominante dos seus órgãos;-----
2. Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das autarquias e, igualmente, para com todos os trabalhadores da administração pública, trabalhadores em geral, em especial para com os que perderam os seus empregos, reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se vêm progressivamente degradando e este Orçamento agrava;-----
3. Reclamar medidas e políticas que aliviem a asfixia a que vêm sendo condenadas as micro, pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores e camponeses, possibilitem e estimulem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral;-----
4. Exigir o fim do ataque ao serviço público, da delapidação dos recursos e do património público, particularmente através da política ruinosa de privatização de tudo o que é público e rentável, como a água e saneamento, os resíduos sólidos urbanos, a ANA ou os CTT, entre outras empresas.”-----

“CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS CTT -----

- Considerando que, -----
- Os CTT são uma empresa pública, fundada em 1520, que presta inequivocamente serviços de utilidade pública, consubstanciados no estabelecimento de ligações físicas e eletrónicas entre os cidadãos, a Administração Pública, as empresas e as organizações sociais em geral, com ênfase para a concretização do serviço postal universal;-----
 - Os CTT possuem a maior rede de balcões comerciais do País, o que constitui um ativo de
-



enorme importância, sendo por isso um serviço de extrema importância nas zonas mais remotas da Região e do País; -----

- Os CTT são uma empresa lucrativa, tendo apresentado, no terceiro trimestre de 2013 e em vésperas da sua privatização, lucros da ordem dos 45,2 milhões de euros; -----

- O processo de privatização dos CTT está a gerar a indignação das populações, bem como dos trabalhadores dos CTT, expressas em inúmeras ações de luta por todo o País; -----

- A privatização dos CTT não traz qualquer benefício aos trabalhadores nem à população do País, e particularmente aos trabalhadores e população do Concelho, que já se viu, recentemente, privada de balcões de atendimento. -----

Atendendo ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, em reunião ordinária de dezembro de 2013, decidiu: -----

- Manifestar o seu total repúdio pelo processo de privatização em curso, lesivo dos interesses das populações, dos trabalhadores e do País; -----

- Defender a suspensão do processo de privatização dos CTT que se deverão manter como empresa pública; -----

- Enviar esta moção ao Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, Presidente da Assembleia da República, Partidos Políticos e solicitar a sua divulgação na Comunicação Social.” -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar à Assembleia as moções e recomendações que fez chegar à Mesa e cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO - A CONSTRUÇÃO NAVAL É NECESSÁRIA AO PAÍS -----

Há quase 70 anos que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) são um dos mais qualificados construtores e reparadores navais do noroeste peninsular. Mais de 200 navios de diversos tipos, desde embarcações para a pesca até modernos navios porta-contentores, saíram do engenho e trabalho de muitos técnicos e operários. -----

O anunciado despedimento de mais de 600 trabalhadores e o lançamento duma intitulada subconcessão a privados dos terrenos e instalações dos estaleiros até 2031, provocaram uma mais que justificada preocupação nos trabalhadores, na população da região e em todos aqueles que consideram a construção e reparação naval como atividades estratégicas para um país como Portugal, com a maior fachada atlântica de toda a Europa. -----

O País, cuja história se entrelaça com a navegação, não é indiferente à destruição anunciada



dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. -----
Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida ordinariamente a 27 de dezembro de 2013, delibera defender: -----

1. A suspensão do processo de subconcessão dos ENVC que prevê o encerramento da empresa e o despedimento de 609 trabalhadores; -----
2. O lançamento dum programa de apoio ao setor da construção e reparação naval.”-----

“MOÇÃO – DEFESA DA EQUIDADE FISCAL -----
O Tribunal de Contas (TC) aponta, no parecer à Conta Geral do Estado de 2012, a “omissão de 1.045 milhões de euros, por benefícios atribuídos a SGPS (sociedade gestoras de participações sociais)” -----

Mesmo sem contabilizar os 1.045 milhões de euros não declarados pelo governo PSD/CDS-PP na Conta Geral do Estado de 2012, verifica-se que os benefícios fiscais concedidos às empresas no ano passado, e referentes ao ano de 2011, aumentaram 91 milhões de euros, fixando-se em 448 milhões de euros. -----

A despesa com os benefícios fiscais dos contribuintes individuais, em sede de IRS, registou, por sua vez, um decréscimo de 106 milhões de euros em 2012. -----

Entre 2010 e 2012, os benefícios fiscais às empresas subiram 157 milhões de euros e os benefícios aos particulares diminuíram 130 milhões de euros. -----

No seu parecer, o TC alerta para o facto de os benefícios fiscais se concentrarem num número diminuto de empresas e entidades públicas. Tendo em conta os cinco principais tipos de benefício em sede de IRC, que equivalem a mais de 60% de toda a despesa fiscal, 48,2% encontra-se nas mãos de dez beneficiários que, no ano passado, deixaram de pagar 132 milhões de euros. Em 2011 a percentagem era de 44%. -----

É acentuada, no documento do TC, “a necessidade de reavaliação dos respetivos benefícios fiscais para confirmação formal e transparente de que realizaram os interesses públicos extrafiscais que determinaram a sua atribuição”. -----

O TC verificou ainda que o Estado deixou prescrever 1017 milhões de euros em dívidas fiscais em 2012, um valor superior ao declarado pelo executivo (833,7 milhões de euros). -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de dezembro de 2013, -----



1. Exige do governo o fim das políticas de discriminação fiscal e a rápida implementação de uma reforma fiscal que defenda a equidade entre todos os contribuintes. -----
2. Delibera enviar esta moção à Presidência da Assembleia da República, bem como a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República.” -----

“MOÇÃO – AQUISIÇÃO DE UM PROJETOR DIGITAL PARA A BIBLIOTECA -----

É do conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, bem como do conhecimento do Executivo Municipal, que o Cineclube da Feira está, desde há muitos meses a esta parte, a debater-se com um problema que pode levar ao fim da sua programação: a falta de um projetor digital que equipe a Biblioteca Municipal. -----

O facto de, hoje em dia, a maior parte dos filmes em circulação estarem em formato digital, e não em película, tem dificultado em muito o trabalho de programação do Cineclube. -----

É, aliás, esta a razão que levou, já no ano passado, o Cineclube a interromper a sua programação, o que sucede novamente neste preciso momento em que o Cineclube interrompeu a programação no dia 15 de dezembro, prevendo 'reabrir' apenas em abril. -----

Todas estas dificuldades seriam ultrapassadas se se procedesse à aquisição de um projetor digital para equipar a Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira. Sem ele, a consequência será o fim do Cineclube da Feira!-----

Considerando a atual situação e considerando o bom trabalho que o Cineclube da Feira tem na programação regular, na divulgação cultural e artística, -----

Considerando que o Cineclube representa uma oferta cultural ímpar e única na região, -----

Considerando que ainda no ano passado a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira aprovou por unanimidade um voto de louvor ao Festival de Cinema Luso-Brasileiro e ao esforço de programação regular desencadeada pelo Cineclube, -----

Considerando ainda que os preços dos projetores digitais caíram bastante no mercado e que este serviria para equipar a Biblioteca Municipal, um equipamento público,-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida ordinariamente a 27 de dezembro de 2013, delibera: -----

1. A aquisição de um projetor digital por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e sua instalação na Biblioteca Municipal.” -----



“RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DE UM HORTO MUNICIPAL -----

Com o objetivo de reduzir substancialmente os custos e potenciar a produção própria, é essencial a criação de um horto municipal devidamente equipado para abastecer os espaços verdes do Concelho, alargando assim a oferta em quantidade e em qualidade das espécies de flores, plantas, arbustos e árvores usadas na execução de novas áreas ajardinadas e na renovação das já existentes. -----

A criação de hortos municipais é uma prática cada vez mais recorrente em vários municípios, com o objetivo claro de reduzir custos e rentabilizar recursos. -----

Ao invés destas práticas, a Câmara Municipal recorre sistematicamente a hortos privados para a manutenção das zonas verdes, desbaratando assim recursos financeiros que tanta falta fazem nos tempos que vivemos, muitas vezes sem haver um critério que seja perceptível. -----

Num município tão extenso, com tanto terreno disponível, é simples e lógico optar por uma outra solução: a da criação de um horto municipal, onde em estufas e ao ar livre, se possam produzir as espécies necessárias para a manutenção dos espaços verdes, assim como a criação de outros. -----

A criação deste equipamento, não só auxiliará o abastecimento das áreas ajardinadas, como poderá servir de área lúdica para a interação com a população. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal reunida hoje, dia 27 de dezembro, recomenda à Câmara Municipal: -----

1. A criação de um horto municipal devidamente equipado, que abastecerá todos os espaços verdes do Concelho, alargando assim a oferta em quantidade e em qualidade das espécies de plantas e árvores usadas na execução de novas áreas ajardinadas e na renovação das já existentes. -----

2. Este equipamento ficará aberto às escolas do Concelho e população em geral, com o objetivo de consolidar conceitos Ecologia e Biodiversidade.” -----

“RECOMENDAÇÃO – REVOGAÇÃO/NÃO APLICAÇÃO DO AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Considerando que: -----

1 – O Governo impôs o aumento do horário de trabalho na Administração Pública Central e Local de 35 horas semanais para 40 horas, sob o argumento da igualização do horário de -----



- trabalho com o praticado no setor privado, escondendo que esse é o limite máximo, mas que em muitos locais de trabalho e setores o horário de trabalho praticado é efetivamente inferior.-
- 2 – O aumento de 35 para 40 horas semanais não traz maior produtividade aos serviços nem vai tornar mais eficaz o atendimento aos munícipes, objetivos que devem encontrar soluções no âmbito organizacional, da formação e da gestão autárquica. -----
- 3 – O aumento do horário de trabalho consubstancia uma perda de direitos e da retribuição, faz crescer os fatores de descontentamento e de mal-estar laboral que, esses sim, prejudicam a produtividade e a identificação dos trabalhadores com os objetivos de serviço público do município. -----
- 4 – O prolongamento da jornada de trabalho prejudica vincadamente a vida pessoal dos trabalhadores e agrava as dificuldades na articulação com as suas responsabilidades familiares e sociais. -----
- 5 – O aumento do horário de trabalho constitui claramente uma desvalorização salarial e uma pressão para a redução de postos de trabalho. -----
- 6 – O aumento do tempo laboral para as 40 horas serve uma vaga de despedimentos, anunciada na proposta de Orçamento do Estado-2014, agravando a recessão económica e as condições sociais no Município e no País. -----
- 7 – No atual momento de crise económica, em que a grande maioria dos trabalhadores da autarquia vive momentos de asfixia económica e de retração das suas condições de vida, o despedimento de funcionários não pode nem deve fazer parte das opções políticas da Câmara Municipal. -----
- 8 – Nos termos do artigo 241.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa as autarquias locais dispõem de quadros de pessoal próprio, nos termos da lei, constituindo este preceito um corolário do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais. -----
- 9 – Nos termos do artigo 35.º, n.º 2, alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção de recursos humanos afetos aos serviços municipais. -----
- Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida ordinariamente, decide:-----
- Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal e à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais a não aplicação/revogação do



aumento do horário de trabalho dos funcionários de todos os serviços do município.” -----

“RECOMENDAÇÃO – POSTO MÓVEL PARA ESTERILIZAÇÕES E TRATAMENTOS -----

1 – Em Portugal tem sido seguida, salvo honrosas exceções, uma política de erradicação de cães e gatos errantes que se baseia no abate anual de dezenas de milhares de animais que dão entrada nos canis/gatis e centros de recolha oficiais, no seguimento do abandono pelos donos ou que nascem já nas ruas. -----

2 – Este abate é eticamente condenável, porque retira aos animais aquilo que lhes é mais valioso – a vida –, e porque não é para os humanos a única forma de lidar com esta situação. --

3 – O abate dos animais, quando existem outras soluções, cria na esfera das relações entre as pessoas e os seus animais o parêntesis da sua desvalorização como seres possuidores de interesses, necessidades e vida, banalizando a violência para com eles e para com outros seres humanos, colocando-nos como uma sociedade mais atrasada, que não consegue respeitar os animais com os quais decidimos partilhar as nossas vidas. -----

4 – A política de erradicação implementada não resolve os problemas de reprodução e abandono existentes, pois o abandono, a rapidez de reprodução de animais não esterilizados, em casa dos donos ou na rua, a compra impulsiva de animais e a falta de adoção superam as sucessivas mortes provocadas no conjunto dos animais errantes. -----

5 – A prática da esterilização para reduzir a sobrepopulação de cães e gatos é uma opção mais eficaz e economicamente menos dispendiosa face ao custo verificado com as recolhas, alimentação, eutanásia e incineração. -----

6 – Não existem campanhas de esterilização gratuita de animais pertencentes a famílias mais carenciadas, levadas a cabo pela autarquia. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013, recomenda: -----

1. Que Câmara Municipal de Santa Maria da Feira crie um posto móvel para efetuar esterilizações e tratamentos de cães e gatos, com atendimento prioritário nos locais onde possa existir um maior número de animais negligenciados/abandonados, trabalhando com as associações e grupos de proteção dos animais do Concelho e outras entidades da sociedade civil para o lançamento e manutenção desta estrutura.” -----



Interveio a deputada municipal *Carla Pereira* (PS) para apresentar à Assembleia a moção que fez chegar à Mesa e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“CONTRA O PLANO DE ENCERRAMENTO DE REPARTIÇÕES DE FINANÇAS NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista de Santa Maria da Feira, considerando que: -----

1. As repartições de finanças constituem um precioso serviço de proximidade de importância vital para os cidadãos e para o País, sendo obrigação do Estado facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, estabelecendo adequadas formas de descentralização e de desconcentração administrativas de acordo com o Art.º 267 da Constituição da República Portuguesa;-----
2. As repartições de finanças desempenham um papel fundamental na obtenção de receitas indispensáveis ao funcionamento do Estado e, nomeadamente, da sua Administração Pública;--
3. As repartições de finanças são um elo vital entre o Ministério das Finanças e os cidadãos;---
4. Está em curso o iminente encerramento, no âmbito do PREMAC 2013, de cerca de metade das repartições de finanças do País nas quais se incluem as de Lobão e de Paços de Brandão, deste Concelho;-----
5. Este previsível encerramento afetará toda a população do nosso Concelho porque se trata de uma iniciativa centralizadora, destruidora de postos de trabalho e cerceadora da qualidade de vida dos nossos cidadãos, obrigando-os a despende de muito mais tempo e de mais dinheiro para cumprir as suas obrigações fiscais; -----
6. As anunciadas extinções irão provocar uma apreciável perda de eficiência e eficácia dos serviços, precisamente devido à sua concentração e centralização; -----
7. Estas extinções, a acontecerem, constituirão um decisivo contributo para o aumento da desigualdade de tratamento entre cidadãos no acesso aos serviços, de resto, já instalada no nosso território concelhio; -----
8. Subsistem fenómenos ainda apreciáveis de analfabetismo funcional, fazendo com que milhares de contribuintes ainda persistam em entregarem as suas declarações fiscais em papel;
9. Os contribuintes entendem os funcionários das repartições de finanças como meios de esclarecimento e de conforto aquando do cumprimento das suas obrigações fiscais, facilitando o seu cumprimento e sossegando o espírito do contribuinte; -----
10. O Concelho não dispõe de uma rede de transportes públicos que responda às lacunas que



esses encerramentos previstos irão criar, agravado pela circunstância de existir uma elevada população idosa e sem meios para se deslocarem; -----

11. Não existem ou não se conhecem estudos que evidenciem uma vantagem custo/benefício resultante da implementação de uma tal medida;-----

12. Pelo contrário, dessa previsível concentração poderão até resultar custos acrescidos com a mudança ou requalificação de instalações e aquisição ou arrendamento de novas instalações;--

13. Não obstante a movimentação de autarcas do Norte protestando contra o encerramento de repartições de finanças e formando uma Comissão para dialogar com o Governo da República sobre este problema, os autarcas do nosso Concelho ainda se não manifestaram contra esta medida; -----

Termos em que, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que esta Assembleia Municipal delibere o seguinte: -----

1. Discordar em absoluto com qualquer decisão que conduza à extinção de quaisquer das Repartições de Finanças do Concelho de Santa Maria da Feira;-----

2. Remeter esta moção ao Governo e a Sua Exa. Senhora Ministra de Estado e das Finanças questionando-os sobre a possibilidade de essas medidas poderem vir a ser tomadas, exprimindo desde já a nossa total discordância;-----

3. Solicitar um estudo credível e fundamentado, assente em critérios aceitáveis, que justifique tecnicamente o encerramento de duas das quatro repartições de finanças de Santa Maria da Feira; -----

4. Defender a manutenção de todos os serviços de finanças existentes no nosso Concelho até que se prove que um eventual encerramento de parte deles resultará num benefício evidente para o Concelho e em última análise, para o País.” -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) para dizer que o grupo municipal do Partido Socialista vota favoravelmente todas as moções e recomendações apresentadas, dado identificar-se com os fundamentos e objetivos das mesmas.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE), que começou por dar nota que votava favoravelmente as moções apresentadas pela CDU e a moção apresentada pelo PS.-----

Relativamente às moções apresentadas pela CDU, disse ser mais do que sabido que o BE



repudia o Orçamento de Estado para 2014 por entender que o mesmo continua uma senda de austeridade e de empobrecimento do País e que, por isso, entende ser necessário a Assembleia Municipal votar a moção, clarificando o seu ponto de vista sobre o assunto.-----

Referiu que dezenas de milhares de feirenses irão sofrer, em 2014, ainda mais do que sofreram em 2013, e que isso acontecerá precisamente por causa do Orçamento de Estado para 2014. Sublinhou que se esta Assembleia quer defender o concelho de Santa Maria da Feira e os feirenses, tem de estar ao lado da moção e tem de repudiar o Orçamento de Estado. - Em relação à moção contra a privatização dos CTT, disse que a mesma também merece a concordância do BE, acrescentando que o BE entende, inclusivamente, que os CTT deverão voltar a ser nacionalizados. -----

Sobre a questão do encerramento de repartições de finanças no Concelho, nomeadamente as de Lobão e Paços de Brandão, disse tratar-se de uma medida para poupar tostões mas que prejudicará muitas pessoas no Concelho, nomeadamente as mais idosas que não têm a facilidade de aceder ao sítio das Finanças na internet e, aí, poderem concretizar uma série de procedimentos e de obrigações fiscais. Recordou que uma das repartições a encerrar é a de Lobão, sublinhando que, uma vez mais, as pessoas que sairão mais prejudicadas são as idosas, bem como aquelas que residem mais no interior do Concelho, que verão aumentada a distância para a repartição de finanças mais próxima.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira recordou que, em 2011, o Bloco de Esquerda apresentou, nesta Assembleia, uma moção contra o encerramento de repartições de finanças no Concelho, que foi aprovada, dizendo esperar haver coerência e, assim, que a moção hoje apresentada seja, também, aprovada.-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por aludir às moções da CDU para, em relação à respeitante aos CTT, dizer que os CTT já estão privatizados, que já estão cotados em bolsa e que, portanto, não percebia o porquê do assunto ser, neste momento, presente à Assembleia Municipal.-----

Quanto ao Orçamento de Estado para 2014, sublinhou que o mesmo está aprovado e que entra em vigor no dia 1 de janeiro e que, nessa medida, considera que estar a Assembleia Municipal a perder tempo com essa questão é estar a subalternizar os problemas do Concelho.-----

Relativamente às moções e recomendações apresentadas pelo BE, aludiu à que fala dos



estaleiros navais para dizer que entende que essa questão nem deve ser falada nesta Assembleia, questionando o que tem a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira a ver com a construção naval do País. Fez notar que o grupo municipal do PSD vota contra essa moção. -----

Sobre a moção para a aquisição de um projetor digital para a Biblioteca, referiu ficar admirado por o Partido Socialista dizer que a vota a favor, dizendo que o Partido Socialista quer tanto colar-se à esquerda que até concorda com tais situações. Salientou que a moção traduz um obrigar a Câmara a comprar um projetor para a Biblioteca, dizendo que isso é uma ilegalidade porque a Assembleia Municipal não pode obrigar a Câmara a comprar seja o que for e que, quando muito, pode recomendar. Destacou, contudo, que mesmo que se tratasse de uma recomendação, o grupo municipal do PSD votaria contra. Realçou que o Cineclube da Feira tem merecido, e continuará a merecer, toda a atenção da Câmara Municipal, sublinhando que se não fosse o carinho e o apoio da Câmara, o Cineclube da Feira não teria prestado, até hoje, os ótimos serviços que tem prestado ao povo feirense. -----

Em relação à recomendação que aborda a questão do aumento do horário de trabalho nos serviços municipais de Santa Maria da Feira, informou que o grupo municipal do PSD vota contra. -----

Sobre a recomendação para criação de um horto municipal, deu nota que a Câmara já tem um espaço, no lugar de Picalhos, onde tem árvores a crescer. Referiu que um horto custa dinheiro, que apesar de haver uma concorrência muito grande na oferta de árvores e dessas até serem baratas, existem outros custos envolvidos num horto, nomeadamente os relacionados com o tratamento das árvores e com os próprios tratadores, ressaltando que esses custos seriam muito maiores do que o custo das árvores que a Câmara precisaria de comprar. -----

Quanto à recomendação para criação de um posto móvel para esterilizações e tratamentos, questionou se o BE tem noção do quanto custa um posto móvel, a circular pelo Concelho, com técnicos competentes para fazer esse serviço. Disse ser uma questão que poderá ser falada aquando da discussão, nesta sessão, do Orçamento Municipal para 2014, salientando que, aí, o BE poderá quantificar os custos envolvidos e dizer qual a despesa que cortaria, para poder criar esse posto móvel. -----

Em relação à moção apresentada pelo PS, contra o plano de encerramento de repartições de finanças no Concelho de Santa Maria da Feira, referiu que por melhor leitura que se possa ter,



a moção é, em si própria, contraditória e incoerente, para além de inoportuna. -----
Referiu que o PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, de 2006, do Partido Socialista, previa o encerramento de uma repartição de finanças no Concelho de Santa Maria da Feira. Frisou ter sido o Partido Socialista que fez esse documento, ressaltando ainda que foi o Partido Socialista que, em 2011, negociou com a troika o encerramento de 40% das repartições de finanças do País, sendo que 20% seriam encerradas no ano de 2012, e as restantes em 2013. -----

Disse não fazer sentido, num momento em que a Câmara já tomou posição em defesa das quatro repartições de finanças existentes no Concelho, que o Partido Socialista se arrogue em defensor das repartições de finanças e venha dizer, para esta Assembleia Municipal, que não deve encerrar nenhuma. Salientou que o PS não deve ser demagógico ao ponto de, tendo criado a situação e tendo negociado com a troika essa questão, vir agora armar-se em defensor das repartições de finanças do Concelho.-----

Fez sobressair que a moção manifesta uma total incoerência ao dizer, num ponto, que não deve encerrar nenhuma repartição de finanças no Concelho e, noutro, dizer que deve ser feito um estudo para ver se é benéfico o encerramento de repartições de finanças no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Concluindo, o membro José Leão frisou que o grupo municipal do PSD, tal como todos os feirenses, não quer o encerramento de qualquer repartição de finanças no Concelho e que, portanto, vota contra a moção. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que era preferível o membro José Leão ter dito que o grupo municipal do PSD era do contra, pois desse modo não teria gasto tanto tempo. Salientou que o membro José Leão acusou o PS de se colar à esquerda, mas que o PSD, pura e simplesmente, cola-se ao contra. -----

Disse ser evidente que o Orçamento de Estado é prejudicial, também, para o Concelho de Santa Maria da Feira, ressaltando que isso mesmo é reconhecido pela Câmara, nos documentos distribuídos para a presente sessão, pois reconhece que o Orçamento de Estado é restritivo das funções da Câmara.-----

Salientou que, com a moção que apresentou, a CDU não pretende que a Assembleia Municipal reprove o Orçamento de Estado, até porque não lhe compete, mas sim que diga



estar contra o Orçamento de Estado para 2014 porque não é benéfico para as Câmaras nem é benéfico para o País.-----

Quanto aos estaleiros de Viana do Castelo, disse ser sabido tratar-se de um setor estratégico para o País e que, assim sendo, vai influenciar o Concelho de Santa Maria da Feira e os feirenses.-----

Sobre a privatização dos CTT referiu que, a julgar pela intervenção do membro José Leão, o grupo municipal do PSD entende que, estando a privatização concluída, então que o mal está feito e que as coisas devem ficar como estão, e que nada deve ser feito para inverter a situação.-----

Nesse âmbito disse que, para que o público presente soubesse exatamente o que propõe a CDU na moção, passava a ler essa parte, que se transcreve de seguida:-----

“Manifestar o seu total repúdio pelo processo de privatização em curso, lesivo dos interesses das populações, dos trabalhadores e do País;-----

Defender a suspensão do processo de privatização dos CTT que se deverão manter como empresa pública;-----

Enviar esta Moção ao Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, Presidente da Assembleia da República, Partidos Políticos e solicitar a sua divulgação na Comunicação Social.”-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira disse não considerar impeditivo o voto a favor da moção até porque a privatização está praticamente feita, mas que fica com a ideia de que o grupo municipal do PSD é, única e simplesmente, do contra, talvez por não ter sido aquele grupo a apresentar as moções ou, então, por ser o PSD a estar no Governo.-----

Usou da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por comentar que o grupo municipal do PSD continua sem apresentar uma única proposta nesta Assembleia e que, tal como no passado, e tal como acontecerá no futuro, continua a ser contra tudo.-----

Em relação à questão do horto municipal, salientou que dizer-se que, eventualmente, é mais caro um horto municipal do que comprar fora, então o grupo municipal do PSD está contra as declarações públicas da Câmara Municipal quando esta diz estar à procura de uma solução com vista à criação de um horto municipal.-----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que disse querer aludir ao aspeto da



incoerência, mencionado pelo membro José Leão. Referiu que aquele membro, na sua intervenção, afirmou que no Concelho de Santa Maria da Feira ninguém quer o encerramento das duas repartições de finanças, salientando, acerca dessa afirmação, que o membro José Leão deveria ter acrescentado que ninguém quer o encerramento exceto os membros do PSD desta Assembleia. -----

Ressaltou que o grupo municipal do PS apresentou uma moção concreta, que defende o não encerramento de repartições de finanças no Concelho, por ser do entendimento que não existe racionalidade nem argumentos que fundamentem o encerramento. Frisou que, votando o grupo municipal do PSD contra essa moção, o que pode concluir é que todos, no Concelho, são contra o encerramento exceto os membros do PSD desta Assembleia. -----

Concluindo, referiu que a Assembleia Municipal não dá ordens à Câmara mas que, no âmbito das suas funções, pode dar recomendações, fazendo sobressair que o grupo municipal do PS não prescindirá disso e que, nessa medida, continuará a apresentar as propostas que entender necessárias. -----

Usou novamente da palavra o membro *José Manuel Leão* (PSD), que começou por sublinhar que o documento apresentado pelo grupo municipal do PS fala em moção, e não recomendação, e que, portanto, existe uma ilegalidade, dizendo não compreender como a deputada municipal Margarida Gariso tenha caído numa asneira dessas. -----

Em relação à questão da incoerência, aludiu ao teor do ponto n.º 3 da proposta de deliberação da moção, que leu e que se passa a citar: “Solicitar um estudo credível e fundamentado, assente em critérios aceitáveis, que justifique tecnicamente o encerramento de duas das quatro repartições de finanças do Concelho de Santa Maria da Feira.” -----

Concluindo, reafirmou que o PSD não quer estudo nenhum, mas sim que não encerre nenhuma repartição de finanças no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter a votação as moções e recomendações apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da moção (PS: 17, BE, CDU), e 33 votos contra (PSD: 30, CDS-PP, Ind., PS: 1 – Valdemar Silva), rejeitar a moção intitulada “Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2014”, cujo teor já se



encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da moção (PS: 18, BE, CDU), e 32 votos contra (PSD: 30, CDS-PP, Ind.), rejeitar a moção intitulada “Contra a privatização dos CTT”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da moção (PS: 18, BE, CDU), e 32 votos contra (PSD: 30, CDS-PP, Ind.), rejeitar a moção intitulada “A construção naval é necessária ao país”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Saiu o membro José Manuel Leão. -----

- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da moção (PS: 18, BE, CDU), e 31 votos contra (PSD: 29, CDS-PP, Ind.), rejeitar a moção intitulada “Defesa da equidade fiscal”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da moção (PS: 18, BE, CDU, CDS-PP), e 30 votos contra (PSD: 29, Ind.), rejeitar a moção intitulada “Aquisição de um projetor digital para a Biblioteca”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da recomendação (PS: 18, BE, CDU, CDS-PP), e 30 votos contra (PSD: 29, Ind.), rejeitar a recomendação intitulada “Criação de um horto municipal”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Saiu o membro Armando Teixeira. -----



– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 17, BE, CDU), 29 votos contra (PSD: 28, Ind.), e 2 abstenções (CDS-PP, PS: 1 – Valdemar Silva) rejeitar a recomendação intitulada “Revogação/Não aplicação do aumento do horário de trabalho nos Serviços municipais de Santa Maria da Feira”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Reentrou o membro José Manuel Leão. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da recomendação (PS: 17, BE, CDU, CDS-PP), 30 votos contra (PSD: 29, Ind.), e 1 abstenção (PS – Valdemar Silva) rejeitar a recomendação intitulada “Posto móvel para esterilizações e tratamentos”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da moção (PS: 18, BE, CDU, CDS-PP), 27 votos contra (PSD), e 3 abstenções (Ind., PSD: 2 – Paulo Marques Oliveira e José Henriques dos Santos) rejeitar a moção intitulada “Contra o plano de encerramento de repartições de finanças no Concelho de Santa Maria da Feira”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Valter Amorim* (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto: “De facto, eu gostaria de fazer uma declaração de voto que diz respeito à recomendação sobre a revogação/não aplicação do aumento do horário de trabalho nos Serviços Municipais, tendo em consideração que, efetivamente, a lei também é aprovada com o cunho do meu partido. Por motivos de consciência, já que não concordo com a mesma, votei em abstenção.”-----

O membro *Fernando Moreira* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: “Eu votei contra a proposta sobre o encerramento das repartições de finanças, por duas ou três razões que gostava de citar. -----

A primeira é porque acho que é, de facto, demagógica e contraditória. -----

A segunda é porque, que eu tenha conhecimento, apenas sei que há uma determinada percentagem de serviços de finanças que têm de fechar. Não conheço listagem nenhuma,



conheço rumores mas não conheço listagem nenhuma definitiva que indique quais as repartições de finanças do concelho de Santa Maria da Feira que, concretamente, vão fechar. -- Por isso, não posso perceber, nem posso aceitar, que seja agora a própria Assembleia Municipal, que seja ela a decidir quais são as repartições de finanças do Concelho que vão fechar. Não posso aceitar isso e, por isso, votei contra.” -----

Reentrou o membro Armando Teixeira. -----

Entrou o membro Eduardo Pereira da Rocha. -----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e recomendações, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Registadas as inscrições pela Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro António Santos.-----

Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por dizer que o atual Presidente da Câmara foi, durante oito anos, o vereador responsável pelas obras municipais e, portanto, tinha a seu cargo a rede viária do Concelho, e que foi o próprio a reconhecer que a rede viária está um caos, embora usando outras palavras, e que é preciso uma recuperação urgente. -----
Salientou que o Sr. Presidente da Câmara referiu ter em estudo propostas de algumas empresas que se propõem fazer o serviço da reparação e manutenção da rede viária municipal e que, perante isso, perguntava se está a caminho alguma empresa público-privada para o efeito. -----

Frisou que essa recuperação envolverá milhões de euros e que, assim sendo, aconselhava o Sr. Presidente da Câmara a pensar bem nessa questão, questionando se essa situação não ficará mais cara a todos os munícipes.-----

Aludiu a uma rua da sua freguesia, Lobão, que segue para a Rua das Corgas, na freguesia de Gião, dizendo ser uma rua que se encontra em muito mau estado, própria para quem gosta de praticar BTT ou moto 4, ressaltando que esse assunto é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara porque já foi discutido em reunião de Câmara. Disse que pedia a ajuda do Sr. Vereador Vítor Marques no sentido de que seja feito o melhor possível naquela rua, porque a mesma está um caos. -----



Aludiu, em seguida, à sinalização luminosa existente na Corga de Lobão, para salientar que, há dez ou mais anos, alguém, por ordem da Indaqua Feira, ao abrir as valas para as redes de saneamento e abastecimento de água, cortou aquilo a que chama a inteligência dos semáforos. Sublinhou que aqueles semáforos tinham sensores que permitiam um escoamento maior do tráfego, que foram cortados, questionando se, volvidos mais de dez anos, ninguém toma medidas acerca disso. Salientou que, segundo palavras proferidas, na altura, pelo Sr. vereador José Manuel Oliveira, aquele equipamento custou cerca de nove milhões de escudos, ressaltando tratar-se de dinheiro que é de todos, perguntando se essa situação vai continuar e se ninguém se preocupa com a mesma. -----

Concluindo, o membro António Santos pediu ao Sr. Presidente da Câmara para que se inteirasse da situação, para que a autarquia seja ressarcida do dinheiro aplicado naquele equipamento, questionando se é a Câmara, ou se é a Indaqua Feira, a mandar no Concelho. ----

Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) para colocar uma questão sobre a delegação de competências no quadro da atual legislação, a Lei n.º 75/2013, e 12 de setembro. Salientou que, segundo a lei, as delegações que são efetuadas às Juntas de Freguesia devem ser feitas através de acordos de execução, que existe o prazo de cento e oitenta dias após a instalação quer da câmara municipal quer das juntas de freguesia para fazer esses acordos, realçando que, enquanto tal não aconteça, tais competências não podem ser exercidas senão pela Câmara Municipal. -----

Disse ter a indicação que essas delegações estão a ser efetuadas pela Câmara Municipal, questionando como estão a ser geridos os casos das Juntas de Freguesia de Arrifana e da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, uma vez que as respetivas Juntas ainda não foram instaladas, no sentido de dar resposta às necessidades dessas populações. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU), que começou por dizer que o Concelho de Santa Maria da Feira é um concelho do faz de conta, aludindo às obras referentes à rede de saneamento básico para salientar que as mesmas se assemelham às “obras de Santa Engrácia”, mas que esse assunto seria oportunamente discutido no Período da Ordem do Dia. -----

Em relação ao antigo edifício do tribunal, disse ainda existir, no Concelho, negócios “do faz de conta que vai cair, mas não cai, era só a brincar”, e que, agora, os juizes já podem regressar



àquele edifício. Salientou que o negócio referente às novas instalações do tribunal já está consumado e, agora, sabe-se que o antigo edifício do tribunal, afinal, não está a cair, questionando quanto dinheiro custou esse faz de conta ao erário público e qual a posição da Câmara relativamente a esse caso.-----

Referiu, de seguida, uma situação relacionada com proteção civil, dizendo que caso ocorra, por exemplo, um incêndio no último andar do Hospital S. Sebastião, os bombeiros não conseguem lá chegar para fazer o devido resgate porque não têm uma escada com condições para tal. Questionou qual a posição da Câmara Municipal relativamente a esse assunto e se pretende fazer alguma coisa para resolver essa situação. -----

Passando a outra questão, referiu que os agentes da PSP, para o desempenho das suas funções, necessitam manter uma boa condição física, mas que os agentes da esquadra de Santa Maria da Feira não têm condições para treinarem e manterem essa boa condição física. Salientou que esses agentes tinham acesso ao Pavilhão da Lavandeira de forma gratuita, mas que deixaram de o ter, perguntando à Câmara qual a explicação para se ter iniciado a cobrança desse espaço aos agentes, até porque essa situação não representava custos de maior para o Município. Referiu que, nessa medida, a CDU entende e propõe que os agentes da PSP de Santa Maria da Feira possam ter acesso ao ginásio das Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira, gerido pela Feira Viva, em horas menos movimentadas e de forma gratuita ou, pelo menos, com descontos especiais.-----

Sublinhou, ainda, que numa das últimas sessões da Assembleia Municipal do mandato anterior, foi aprovada uma recomendação para atribuição do nome “Álvaro Cunhal” a um espaço público no Município, questionando a Câmara quando será feita essa atribuição, qual o espaço e em que localidade. -----

Concluindo, e a propósito da resposta escrita dada pela Câmara a um requerimento da CDU relativamente à Feira dos 20 de Santa Maria da Feira, referiu que queria explicitar uma questão. Disse que a Câmara respondeu não haver água nos módulos sanitários portáteis porque os mesmos não necessitam de água, explicitando, a esse propósito, que o que a CDU pretendia referir, no requerimento, é que não há a devida higienização desses módulos e que, por isso, têm-se verificado acontecimentos menos dignos para quem utiliza aquelas casas de banho.-----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por, a propósito do pavilhão onde vai ser instalada a esquadra da PSP, questionar a Câmara se considera ser uma boa solução e se considera tratar-se, nos termos do arrendamento desse pavilhão, de um bom negócio para o erário público. -----

Disse que gostava de perguntar, também, se existe alguma parceira entre a empresa municipal Feira Viva e o Clube Desportivo Feirense, e se aquele Clube paga pela utilização de equipamentos, como as Piscinas de São João de Ver ou o Pavilhão da Lavandeira, quando necessita de os utilizar. -----

Aludiu à colocação de um outdoor, durante a campanha eleitoral, na rua entre a Igreja e a Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro, em São João de Ver, publicitando um projeto que iria nascer naquele local. Disse não saber se se trata de um projeto que só avança em períodos de campanha eleitoral e, como tal, ser preciso esperar quatro anos para que se veja algum avanço, perguntando à Câmara se existe alguma explicação para essa situação. -----

Referiu que, numa sessão da Assembleia ocorrida antes das eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda denunciou problemas existentes na estrutura do bairro social do Souto, em Fiães, e que foi dito que a Câmara iria, em setembro ou outubro, começar a fazer as obras necessários. Salientou que, não tendo tais obras tido, ainda, o seu início, perguntava à Câmara se se referia a setembro ou outubro de 2013, ou de outro ano. -----

Disse que a última questão que tinha a colocar prendia-se com uma entrevista concedida pelo vereador Vítor Marques. Referiu ter lido atentamente a mesma e que, a alturas tantas, aquele vereador diz que para colmatar a redução do pessoal, e tal como havia sido feito na freguesia de Canedo, a Câmara pode recorrer a serviços disponíveis através de um protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de forma a aproveitar as pessoas desempregadas. -----

Sobre essa afirmação, questionou se traduz a admissão de que existe, efetivamente, falta de pessoal na Câmara apesar de, mesmo assim, estar obrigada à redução do pessoal pelo Orçamento de Estado. Disse conhecer bem tais contratos, que são o “CEI” e são o “CEI+”, ressaltando que os mesmos não dão emprego, não garantem contrato de trabalho e que, basicamente, servem para que os desempregados sejam utilizados como pau para toda a colher. Referiu que essa utilização é comprovada na entrevista que referiu porque nela é dito que esses desempregados serviriam para trabalhar na reabilitação da rede viária, na



jardinagem, ou seja, para fazer todo o tipo de trabalho mesmo que fora das competências dessas pessoas. Concluindo, questionou à Câmara se considera bem usar essas pessoas desempregadas para essas circunstâncias. -----

Interveio a deputada municipal *Adriana Cardoso* (PSD), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Se podemos sonhar, também podemos tornar os nossos sonhos realidade”! -----

Esta é uma frase da autoria de Walt Disney que ilustra bem o que representa a Terra dos Sonhos e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em Santa Maria da Feira. -----

Senão vejamos: -----

A juntar a eventos de projeção nacional como são o caso da Viagem Medieval e do Imaginarius, a Terra dos Sonhos tem vindo a afirmar-se, e a afirmar o potencial turístico do nosso território, afigurando-se, hoje, como o maior parque temático de Natal do norte do País. Além de um fator de desenvolvimento social, o turismo é um fenómeno com grandes implicações económicas, sendo reconhecidamente uma fonte de riqueza e uma oportunidade de diversificação e de dinamização do tecido económico e do movimento associativo. É, assim, uma atividade geradora de importantes externalidades positivas no território, com uma grande capacidade multiplicadora na economia local. -----

Iniciada em 2008, a Terra dos Sonhos é uma iniciativa cultural de grande qualidade que tem vindo a demonstrar um crescimento crescente e consistente ao longo dos anos. Enquadra-se no Cluster das Indústrias Culturais e Criativas, sendo neste momento um produto turístico já consolidado. -----

Conta este ano com dez áreas temáticas, oito espaços de diversão e animação diversa circulante, integrando o Castelo como ex-líbris da iniciativa. -----

Tem vindo, ano após ano, a superar recordes de visitantes: em 2011 registou cerca de 45 mil entradas; em 2012 atingiu as 50 mil entradas e este ano já ultrapassou este número. -----

É desde há vários anos um produto turístico 100% autossustentável, com as receitas provenientes da bilheteira, dos patrocínios e do aluguer de espaços a cobrir o investimento realizado. -----

Envolve este ano 15 entidades, a grande maioria delas do movimento associativo feirense, representando uma fonte de rendimento direto que contribui para a sua sustentabilidade, além



de promover uma dinâmica de crescimento e de desenvolvimento de competências dentro de cada uma dessas associações. A propósito, todos os anos a Viagem Medieval, o Imaginarius e a Terra dos Sonhos injetam mais de 1 milhão de euros no tecido associativo concelhio. -----
Envolve, adicionalmente, jovens das escolas profissionais de Santa Maria de Lamas, de Fiães e de Santa Maria da Feira, além de mais de 40 voluntários. -----

Tendo-se iniciado com o objetivo de criar um novo palco cultural no Concelho que contribuísse para a dinamização dos grupos locais e atraísse turistas nesta época do ano, combatendo, assim, a sazonalidade, a Terra dos Sonhos veio ainda contribuir para a recuperação da Quinta do Castelo, um espaço fabuloso que, como sabemos, estava completamente abandonado. -----

O crescimento e a consistência da Terra dos Sonhos ao longo dos anos conferem-lhe o estatuto de qualidade do maior parque temático de Natal do norte do País. Ora, é lamentável que responsáveis políticos do nosso concelho o designem de forma insultuosa, ofendendo as associações, as empresas, os voluntários e todos quantos contribuem para a sua concretização e ofendendo, igualmente, as famílias que o visitam ano após ano e o recomendam a amigos e familiares. -----

Assente na criatividade, no exceder de expectativas e nas experiências únicas, a Terra dos Sonhos, em conjunto com outros eventos de reconhecida qualidade, afirma Santa Maria da Feira como um Concelho de referência no Turismo Cultural. E este representa um importante trabalho no desenvolvimento de competências ou, – utilizando uma expressão conhecida de outro responsável político – no software do Concelho. -----

Santa Maria da Feira demonstra, assim, a sua capacidade de se reinventar, de descobrir novas e diferentes formas de potenciar o seu território e as capacidades das suas gentes, atraindo riqueza, dinamizando o seu tecido económico e o movimento associativo e promovendo a notoriedade do Concelho no quadro regional, nacional e internacional.” -----

Em seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, face às questões colocadas à Câmara. -----

Relativamente à questão sobre o estado da rede viária, colocada pelo membro António Santos, disse que a mesma não está um caos, que há ruas que estão em boas condições e outras que estão menos boas, ressaltando que muitas das ruas sofreram uma intervenção muito



significativa nos últimos anos, em termos infraestruturais, salientando que a Câmara tem consciência da necessidade de ser feito um bom investimento na recuperação dessas ruas.-----

Quanto à questão relacionada com uma eventual parceria público-privada para fazer a recuperação da rede viária, disse ser uma pessoa muito prudente e que, provavelmente, terá sido o único gestor público do País a fazer uma parceria público-privada que foi visada pelo Tribunal de Contas, já depois de todas as polémicas e dúvidas com as outras parcerias público-privadas. Frisou que o membro António Santos pode estar à-vontade porque ele – Presidente da Câmara – é extremamente cauteloso nessas situações. -----

Sobre o estado da Rua São Miguel, em Lobão, disse ter sido feita uma reparação dessa rua mas que a mesma voltou a abater, realçando que a Câmara vai analisar para ver se existe algum problema de ordem infraestrutural. -----

Em relação aos chamados semáforos da Corga e a um eventual corte dos sensores, disse desconhecer essa situação mas que iria mandar verificar se existe algum fundamento para essa queixa. -----

Quanto à questão sobre a delegação de competências, colocada pela deputada municipal Margarida Gariso, referiu que os serviços jurídicos da Câmara estão a estudar a forma dos acordos de execução a fazer com as Juntas de Freguesia. Disse que a Câmara tem previsto, no seu Orçamento para 2014, as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia que irão suportar, essencialmente, os acordos de execução, ressaltando não haver qualquer redução dessa verba. Reafirmou que, até porque existe legislação nova sobre esse assunto, que o mesmo está a ser estudado pelos serviços jurídicos. -----

Aludiu, de seguida, às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira, começando pela referente ao antigo edifício do Tribunal. Recordou, nesse âmbito, que aquele edifício não é da responsabilidade da Câmara e que as decisões tomadas sobre o mesmo foram tomadas pelo Governo Central, e que a Câmara apenas acompanhou o processo. Disse que a negociação do arrendamento das atuais instalações do Tribunal foi feita pelos órgãos do Ministério da Justiça, e que é do entendimento que, na altura, e até pelo grande alarme social que aconteceu em torno dessa questão, havia poucas alternativas. Referiu que, mesmo não sendo especialista em engenharia, foi uma das primeiras pessoas a dizer que achava que o edifício não ia cair, realçando que, agora, os técnicos chegaram à mesma conclusão e que, perante isso, o Sr. Secretário de Estado disse que iria ser estudada a futura reabilitação do edifício. Sublinhou ser



vontade da Câmara que essa reabilitação se concretize.-----

Em relação à escada dos bombeiros, disse ser verdade que os bombeiros não têm essa escada, destacando, todavia, tratar-se de um equipamento que custa mais de meio milhão de euros e que, apesar de a Câmara já ter colocado a hipótese de adquiri-la, não tem, neste momento, condições para o fazer. Frisou, no entanto, que os planos de emergência existem e que certamente respondem, nomeadamente os de um hospital, às necessidades de uma evacuação em caso de incêndio. Sublinhando que os projetos contra incêndios são extremamente rigorosos e que os planos de evacuação existentes salvaguardam, certamente, essa situação. ---

Sobre a utilização do Pavilhão da Lavandeira pelos agentes da PSP, referiu que os mesmos deixaram de utilizá-lo quando a Feira Viva pediu uma verba simbólica de 2 euros por hora. Fez sobressair que, de qualquer maneira, a Câmara está sempre disponível para ajudar a PSP para desempenhar o melhor possível a sua função, mas sem prejuízo de entender que essa ajuda é da responsabilidade da Administração Central. -----

Relativamente à atribuição do nome de Álvaro Cunhal a um espaço público no Município, disse que a Câmara ainda não tomou nenhuma decisão nesse âmbito.-----

Sobre as casas de banho portáteis da Feira dos 20, disse ser entendimento da Câmara que existem casas de banho públicas suficientes nas redondezas, a cerca de 100 metros de distância, dando como exemplo as existentes no Rossio e as da Biblioteca Municipal. Referiu que, adicionalmente, são colocadas casas de banho portáteis, sublinhando que esse tipo de casas de banho são usadas noutros eventos e que não têm essa razão de queixa. Sublinhou haver uma grande reivindicação para construir umas casas de banho públicas no local onde é realizada a Feira dos 20, entendendo a Câmara que, para além dos custos envolvidos, tal não se justifica dada a proximidade de casas de banho públicas. -----

Quanto às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira, aludiu à respeitante ao pavilhão onde será o quartel da PSP para dizer que considera que a PSP fica com excelentes instalações e que entende como razoável a renda paga pelo mesmo, recordando ter sido uma negociação conduzida, ao mais alto nível, pelo Ministério da Administração Interna. -----

Sobre a questão relacionada com o Clube Desportivo Feirense, informou que aquele Clube paga à Feira Viva, pela utilização das piscinas, 0,50 € à hora por cada pista.-----

Em relação aos problemas da habitação social do Souto, em Fiães, disse julgar que o membro Moisés Ferreira se referia ao parque de jogos que ali existe, salientando que, de facto, aquele



equipamento apresenta grandes fissuras mas que não oferece risco de derrocada, informando que o espaço que se encontra por trás desse parque está fechado. -----

Em relação à referência feita pelo vereador Vítor Marques quanto ao recrutamento de pessoas desempregas ou beneficiárias do rendimento mínimo, através de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, disse ser do entendimento que a Câmara, em face das suas necessidades, deve usar todos os recursos disponíveis para minimizar o impacto do erário público e que, portanto, considera essa medida como sendo de boa gestão. Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara referiu que algumas dessas pessoas ficariam contentes por serem recrutadas porque preferiam trabalhar do que estar em casa. -----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

1 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do V Relatório de 2013, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 12 do corrente mês de dezembro, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer, ao analisar a receita, verificar que a receita do IMI, reportada a 12 de dezembro, situa-se na casa dos 10 milhões e 900 mil euros. Referiu que a receita de IMI, em 2012, foi de 13,823 milhões de euros, que o orçamentado para 2013 apontava para uma receita de IMI de cerca de 13 milhões de euros, e que a última prestação para a liquidação do IMI, paga no mês de novembro, já estará contabilizada. Nesse âmbito, questionou à Câmara qual a explicação para uma redução tão acentuada da receita do IMI. -----

Em relação à capacidade de endividamento, disse que no documento é indicado que os dados fornecidos reportam-se à data de 31 de outubro e, depois, na listagem respeitante às obras e fornecimentos adjudicados pelo Município, o período referência é de 30 de agosto a 12 de dezembro. Referiu que a data de 31 de outubro, relativa à capacidade de endividamento, situa-



se precisamente a meio, fazendo sobressair que seria importante haver uma discriminação das obras e fornecimentos adjudicados pelo Município antes e após 31 de outubro. Ressaltou que essa discriminação permitiria avaliar, de modo mais rigoroso, o estado atual dos limites de endividamento do Município, frisando que deixava essa sugestão à consideração.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que a sua primeira constatação era para a subida considerável, no ano de 2013, dos juros, salientando que os encargos da dívida têm um peso muito considerável naquilo que é o Orçamento Municipal.---- Em relação aos fornecimentos adjudicados pelo Município, perguntou a quem foi adjudicado o fornecimento, com transporte, de peças de fruta e produtos hortícolas para as escolas do Município.-----

Aludiu, ainda, à aquisição de 8.888 bilhetes da “Terra dos Sonhos”, para dizer que essa aquisição custou 35 mil euros à Câmara e que supunha que tal verba teria sido paga à Feira Viva. Questionou se tal aquisição não significa um financiamento indireto à Feira Viva, acrescentando a todos os financiamentos feitos pela Câmara Municipal a essa empresa municipal, e se tal financiamento indireto não põe em causa a anunciada autossustentabilidade do evento “Terra dos Sonhos”.-----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que iniciou por dizer que, ao analisar a Receita arrecadada em 2013, e tendo em conta que a mesma se reporta ao dia 12 de dezembro de 2013, sobressai o aumento da mesma, comparativamente à arrecadada em 2012.-----

Salientou que um dos esclarecimentos que pedia à Câmara era se, na receita do IMI, está contabilizada, ou não, a terceira prestação de IMI, paga pelos contribuintes em novembro.-----

Referiu que a segunda questão prende-se com a rubrica Crédito, no quadro da análise da Receita, ressaltando haver um acréscimo bastante considerável em relação aos anos anteriores, especialmente em relação ao ano de 2012, dizendo que caso houvesse uma estratificação desse aumento seria mais fácil de perceber o mesmo.-----

Salientou que, analisando a informação da situação financeira, verifica-se um aumento das receitas na ordem dos 21%, um aumento das despesas na ordem dos 17%, e um aumento dos investimentos na ordem dos 32%.-----

Frisou que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não é, claramente, das piores do País,



mas que, ainda assim, e atentando à restante capacidade de endividamento a médio e longo prazo, na ordem dos 11%, questionava como conseguirá a Câmara responder às suas necessidades financeiras na eventualidade de haver alguma anormalidade, em 2014, em relação às receitas previstas arrecadar.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes. Em relação à receita do IMI, informou que o valor que consta do documento distribuído não incorporou a prestação recebida em novembro, dizendo já ter a informação da receita do IMI, à data de 20 de dezembro de 2013, e que a mesma ronda os 14 milhões de euros e que, portanto, fica muito próxima da arrecadada em 2012. -----

Sobre a receita do crédito, disse estar nela incluída a verba de cerca de 13 milhões de euros relativa ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), dizendo ter sido esse montante que fez subir exponencialmente a receita respeitante ao crédito. -----

Em relação à questão dos encargos da dívida disse que, em 2013, a Câmara teve um encargo de cerca de 1,5 milhões de euros referentes a juros e que o restante respeita a amortizações, para a Câmara pagar aquilo que deve. -----

Quanto ao fornecimento, com transporte, de peças de fruta e produtos hortícolas para as escolas, informou ter sido adjudicado à empresa GERTAL. -----

Relativamente à aquisição dos bilhetes para a Terra dos Sonhos, disse ser tradição da Câmara, há muitos anos, presentear as crianças dos jardins de infância e escolas do Concelho com uma prenda simbólica, ressaltando que, havendo um evento municipal muito importante, no caso, a Terra dos Sonhos, entendeu a Câmara que oferecer um bilhete às crianças é uma boa prenda, destacando que essa situação leva a que, muitas vezes, os pais acompanhem as crianças ao evento. Disse considerar a aquisição dos bilhetes como sendo uma boa política da parte da Câmara porque, para além de ajudar à sustentabilidade do projeto, também é uma forma de apoiar o movimento associativo local, englobado nesse projeto. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado a presente matéria não requerer qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência.-----



Entrou o membro *Delfim Silva*. -----

2 – Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2014 -----

3 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2014 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Informou que, de acordo com o combinado na reunião da Comissão Permanente, submeteria os dois assuntos a discussão conjunta e que, depois, os submeteria, obviamente, a votação em separado. -----

Em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarária de 16 de dezembro de 2013 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Na última Assembleia Municipal de dia 30 de abril de 2013 coloquei algumas questões, para as quais considero que as respostas são essenciais para a coesão social e para a requalificação do território. -----

A atribuição de respostas assertivas para as temáticas que mencionei em muito iriam contribuir para o alcance de um território mais atrativo do ponto de vista económico e social, dado que o seu impacto iria dinamizar muitas áreas. -----

A título de exemplo, posso relembrar algumas temáticas: -----

- Ausência de fiscalização de obras particulares; -----

- Não aproveitamento de candidaturas a financiamento comunitário de estudos e projetos de planos municipais de promoção de acessibilidade; -----

- Necessidade de alteração de algumas posturas municipais, nomeadamente no que concerne ao dimensionamento de estacionamento destinados a pessoas com mobilidade condicionada



na via pública. -----

Estas foram algumas das questões que coloquei e para as quais não obtive qualquer resposta.--
Entramos agora num novo ciclo, no qual espero conseguir obter respostas com novas e boas
práticas. -----

Desde já as minhas mais sinceras congratulações pela vontade de adesão ao ColorADD. É
sempre bom apontar caminhos que consideramos corretos e esse é sem dúvida o caminho a
seguir. -----

Infelizmente, até à presente data, temos verificado uma grande lacuna no que diz respeito à
aposta na área da reabilitação urbana e fiscalização de obras particulares e municipais. -----

Tem-se verificado a ausência de uma estratégia de intervenção de fundo, capaz de agregar o
nosso território retalhado, unificando-o, consolidando-o e essencialmente caracterizando-o
dando-lhe a identidade que nunca teve. -----

Santa Maria da Feira é hoje um Concelho cheio de potencial, mas sem capacidade de tirar
partido das suas potencialidades. Temos um território completamente fragmentado sem
continuidade urbanística. Não existem ligações entre os tecidos das diferentes freguesias. -----

Vão sendo feitas intervenções casuísticas com materiais aleatórios e diferentes ideologias de
projeto. -----

Quando visto a uma escala alargada, o nosso concelho, apresenta uma malha heterogénica
sem pontos de ligação, chegando mesmo a roçar o aspeto de Manta de Patchwork. -----

Nunca existiu um plano de intervenção coeso na via pública que respondesse às necessidades
de todos, e não só de alguns, definindo e requalificando o nosso território tornando-o
aprazível aos olhos dos feirenses e seus visitantes. Facto que, por si só, vai afastando turismo
e potenciais investidores... -----

No Plano e Orçamento de 2014, Plano esse que qualifico como ambicioso e recheado de boas
intenções mas carente em estratégia concreta, são levantadas algumas questões da maior
pertinência. -----

É referida a intenção de promoção da coesão urbanística do território, território no qual se
prevê que irão ser requalificadas cerca de 500 km de estradas. Nesse contexto, a construção
do betão abrandará e, simultaneamente, será dada continuidade ao projeto piloto que hoje
vemos em Santa Maria de Lamas nas Ruas do Padre Zé e Outeirinho (pág. 105 GOP). -----

Sobre esta intenção gostava de tecer algumas considerações, partilhando as minhas



preocupações e colocar dúvidas, naturais de quem se preocupa. -----
Gostaria de saber se a circulação automóvel tem prioridade sobre a circulação pedonal e
respetivo arranjo urbanístico.-----
Existe a consciência de que essas obras de intervenção prevaricam a Lei n.º 46/2006 e violam
as normas técnicas anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto?-----
Rede viária e infraestruturas têm que coexistir sem colidirem. -----
Aquilo que hoje vemos nas obras da estrada que faz a ligação entre o Pingo Doce e Balteiro
ou em Santa Maria de Lamas, este último apontado como exemplo piloto a seguir, não só não
resolve os problemas urbanísticos a médio e longo prazo, como está no imediato a criar outros
novos problemas.-----
O PS é totalmente a favor das intervenções que possam dar o seu contributo à reestruturação
requalificação dos tecidos da malha urbana. Porém, defende que quando se investe, esse
investimento deve ser feito com todo o zelo, rigor e planeamento estratégico, de forma a
prevenir o futuro a médio e longo prazo. -----
É importante evitar que o investimento seja feito em obras que não revelam ter especial
atenção ao contexto urbano em que se inserem e, muito menos, respeitam a circulação
pedonal nem a tão desejada requalificação urbana que se pretende. -----
Por enquanto temos visto descontinuidades de passeios com remates arcaicos, feitos em cima
do joelho, para resolver os pontos de conflito que não foram equacionados em fase de
projeto.” -----
Neste momento, a deputada municipal Lia Ferreira interrompeu a leitura do documento,
passando a apresentar algumas imagens projetadas, das obras em curso na Ruas do Padre Zé e
Outeirinho, apontando alguns aspetos que disse comprovar essas descontinuidades dos
passeios e remates arcaicos. -----
Posto isto, continuou a leitura do documento: -----
“Pergunto: será que ainda não foi assimilado o facto de que qualidade urbanística resulta, não
só em qualidade de vida, mas também em captação de investimento de privados e, assim, na
dinamização e promoção da economia urbana local? Não é ainda consensual que um concelho
urbanisticamente atrativo é *per si* um concelho mais atrativo a todos sem exceção? -----
Precisamos de coesão do território assertiva, para que o investimento feito seja justificável e
resulte numa franca melhoria para todos.-----



No Plano apresentado, não é possível encontrar um plano de ação efetivo no que concerne às correções que estarão preconizadas neste orçamento. -----

É difícil destrinçar, entre as boas intenções, aquilo que irão ser as ações concretas. -----

Um outro aspeto que não poderia deixar de mencionar, é a questão da fiscalização de obras municipais e de obras particulares. -----

Gostaria de deixar a sugestão de que fosse dada formação aos diversos técnicos municipais de forma a capacitá-los para que eles próprios possam fiscalizar. Com esta valência iria ser poupado dinheiro que poderia ser canalizado para as obras de correções e requalificação necessárias. -----

E, para terminar, correndo o sério risco de me repetir, gostaria de realçar o facto de que: -----

- a criação de infraestruturas capazes de responder às questões da acessibilidade e mobilidade para todos, mais do que respeitar dispositivos legais permite limpar a imagem das cidades, dinamizar e otimizar os espaços urbanos. -----

Como disse, esperemos que se esteja a iniciar um novo ciclo com novas e boas práticas.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Vivemos sob a égide da troika, PSD e CDS, com a subscrição do PS, dos tempos mais negros e de má memória do nosso país. Empobrecimento brutal, desemprego galopante, fome, uma democracia doente e atacada todos os dias pelo espírito revanchista de quem não aceita Abril e a sua revolução. -----

Termina, agora, um ano marcado por contestações, greves e lutas todos os meses, contra este governo e contra a troika. São milhares os que se juntam por este País e exigem a demissão. São contínuas as declarações de inconstitucionalidade das leis emanadas por este gangue de ministros fora da lei, ilegítimo, ilegal. Cada dia que passa sob a ocupação das troikas estrangeira e nacional é mais um dia de empobrecimento. Cada ato ao abrigo das leis deste governo, é um ato, por si só, ilegal, como foi a machadada histórica ao poder local autárquico com a extinção de freguesias e que só o PSD, neste Município, é o culpado. Continua a governar, como um polvo e os seus tentáculos do poder e dos favores e manipulações, contra a população do Município.-----

Antes de mais, a CDU gostaria de realçar o agrado por, ao contrário de outros anos, a Câmara



salientar expressamente aos grupos municipais o envio de propostas para as Grandes Opções do Plano. Claro está que se não fossemos convidados, não deixaríamos de enviar as nossas propostas, uma vez que não abdicamos de as enviar, pois cremos que as propostas por nós apresentadas são essenciais para o desenvolvimento sustentável do nosso Município. -----
Realçamos, ainda, o agrado pelo cumprimento da lei, no envio da versão completa do documento, contrariamente ao que aconteceu em anos anteriores. -----
No entanto, apesar de “o novo ciclo” tão propagandeado, mantêm-se velhos vícios. Mantem-se o tom laudatório de autoelogio que vai transparecendo ao longo de todo o documento e que deveria ser evitado neste tipo de documentos. Em que, como exemplo, destacamos a referência que é feita à relação de sucesso da Câmara Municipal com os munícipes (p.109). Relação de sucesso? Então, meus caros, já esquecemos as taxas ilegais e abusivas que a Câmara Municipal foi lançando? Taxas estas que tiveram forte oposição da população e que levaram mesmo à intervenção do senhor Provedor de Justiça. O que obrigou a Câmara Municipal a recuar nos seus intentos num dos casos. -----
No geral, o documento apresenta vários projetos, alguns interessantes, outros pouco fiáveis, mas todos com um fator comum – são muito vagos. Como exemplo, no respeitante à compostagem doméstica, afirma-se que se obteve “resultados bastante positivos”. Ora, posto isto, falta explicar o que se entende por “resultados bastante positivos”. Ainda no respeitante a este ponto, refere-se que o projeto foi alargado. Alargado a quantas famílias? A uma? A duas? A dez? -----
Este documento peca precisamente pela imprecisão e pela tentativa de empolar propostas e objetivos não alcançados. Traduzindo-se, muitas vezes, num objeto de puro marketing. -----
Mantendo-nos nas questões relacionadas com o ambiente, atesta-se a não referências às linhas de água poluídas de Rio Meão. -----
E, senhor Presidente, como não poderia deixar de ser, cá estamos nós, uma vez mais com o mesmo assunto – o saneamento básico. A promessa aponta agora para 2014. Senhor Presidente, cumpre-me perguntar-lhe. Não acha mais razoável apontar para 2015 ou 2016? É que não fosse a seriedade do assunto e era já anedótico. -----
Pergunto-lhe ainda, quantas escolas do nosso município recorrem, ainda, às fossas sépticas? No respeitante à rede de água, a Câmara afirma ter uma cobertura de 97%, exatamente a mesma do ano passado. Mas o que seria interessante – e pertinente, para a correta



perspetivação do plano estratégico a adotar em 2014 – era estudar os números da adesão dos munícipes, sobretudo à contraluz dos pontos negros já por nós identificados e um deles mencionado neste discurso.-----

Ainda no documento é mencionada a recuperação paisagística e ambiental das Pedreiras de Lourosa. Estamos todos de acordo no que respeita à necessidade urgente da resolução deste problema, mas o grande problema é que a data para a resolução do mesmo não é referida. É que estarei errado, ou este cancro do Concelho deveria estar já resolvido desde 2011?-----

Terminando as questões relacionadas com o ambiente espelha-se que o anterior executivo não acarretou – e que o atual não parece que o vá fazer, pelo menos para o próximo ano – a proposta da CDU respeitante ao cadastro de espécies arbóreas de interesse ambiental a preservar. -----

No concernente às obras, entristece-nos a não referência ao Mercado Municipal de Santa Maria da Feira. Quando este é um património de interesse nacional, referenciado e que se vai esvaziando por falta de obras que a Câmara insiste em desprezar. -----

Outra questão que deixámos, é se a discussão pública do processo de Revisão do PDM vai sair do papel, ou se é apenas um ato simbólico a sua menção neste documento que agora discutimos. E se está prevista alguma data para se iniciar a discussão? -----

A nível dos transportes, nomeadamente os escolares, o cenário de outros anos mantém-se: fraca cobertura, má qualidade, segurança duvidosa, sobrelotação crónica. Perguntamos, assim, quais as perspetivas da Câmara para melhorar este serviço? -----

Outra crítica que não podemos deixar de fazer é o mais que evidente alinhamento com as políticas e com o discurso do Governo. Nomeadamente, na apresentação do empreendedorismo e da exportação como solução para a crise que tanto trucidou a população feirense. Quando, neste momento, já todos percebemos que a saída da crise reside essencialmente no fortalecimento do mercado interno. -----

As exportações, como se tem verificado, têm contribuído apenas para enriquecer mais, os mais ricos. Pois vivemos, hoje, num país mais desigual, onde a discrepância entre ricos e pobres é maior que antes da crise. Ou seja, os ricos estão mais ricos e os pobres mais pobres, estando a dita classe média praticamente destruída, mas relativamente a este assunto nada é referido. Quando tão bem sabemos que o nosso Concelho é o espelho concreto dessa realidade. -----



Ainda na linha do Governo Central, os utentes são mencionados como “cidadãos consumidores”, pelo que aqui está plasmada a ideologia neoliberal do executivo. Todos sabemos das diferenças de significado dos dois termos e das consequências a que a utilização de um em detrimento do outro pode acarretar.-----

Constatamos, ainda a inexistência de referências ao encerramento de Finanças e dos CTT que têm ocorrido e que se percebe para o futuro. -----

Avançando, este executivo, diz-se constantemente preocupado com os índices de desemprego, no entanto não há referência, nem planeia a abertura de um Centro de Emprego no nosso Concelho, quando a mesma foi já vezes sem conta prometida, tendo, segundo as promessas, já instalações destinadas.-----

No plano da cultura, constata-se a inexistência da mudança de ciclo. A retórica narcisista mantém-se, assim como o embandeiramento da ideia “marca do concelho feirense”. Não que sejamos contra esse embandeiramento, somos contra é a interpretação que se faz de cultura como sendo meramente um embandeiramento de atividades de entretenimento e confinadas a “momentos-chave”.-----

Não obstante do já referido, constatamos a inclusão de algumas propostas da CDU de forma explícita e implícita, acontecimento que nos agrada e que saudamos. No entanto, evidenciamos que muitas outras poderiam ter sido aceites. Designadamente aquelas que não acarretam despesas monetárias e que saliento a título de exemplo “a criação de um banco de material geriátrico que poderia ser cedido a famílias carenciadas que dele necessitassem”.-----

Terminando, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, na generalidade, espelham uma intensa preocupação de autopromoção da imagem do Executivo Municipal, demonstrando, e citando o camarada que me antecedeu nestas funções: “uma nítida inflação artificial das iniciativas de carácter pontual a levar a efeito, e um preocupante silêncio relativamente a alguns dos assuntos mais sensíveis que afetam a população feirense, configurando, em muitos aspetos, uma tentativa de “fuga para a frente” que a realidade se encarrega de desmontar. (...) Lamentavelmente, os pontos fortes do trabalho realizado em várias frentes (bibliotecas, redes de apoio social, e, em certa medida, urbanismo) não conseguem anular o efeito de opções políticas erradas, comprometidas com os seus executores, mais do que com as populações a quem deveriam servir.”-----

Tendo estas palavras um ano, pretende-se, assim, afirmar que o “novo ciclo” apresenta-se



mais como um “ciclo” simplesmente recauchutado.” -----

Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Por várias vezes, em diversos mandatos, abordei a questão das coberturas de amianto em estabelecimentos de ensino do Concelho. -----

Dado que já se passaram dois anos desde a última intervenção sobre este assunto, julgava que o caso estaria resolvido. No entanto, ao ler a página 3 do Plano Plurianual de Investimentos, verifico que existe uma verba (20.000 euros) destinada à resolução deste problema. Será que é desta que o milagre se dá? -----

Por outro lado, e lembrando as palavras do então Presidente da Câmara, alguns destes edifícios foram desativados visto que se construíram centros escolares, pelo que, “numa atitude de boa gestão”, não se procedeu à remoção destes telhados de fibrocimento. O problema é que sabemos que alguns destes edifícios foram cedidos a associações, pelo que o perigo persiste. O caricato e preocupante é que, inclusivamente, algumas destas associações promovem atividades para crianças (refiro-me concretamente ao caso do JI de Espargo). -----

Terá, no mínimo, a Câmara alertado os responsáveis destas associações? -----

Parece que se trata de um presente envenenado... -----

Ainda no âmbito da Educação, -----

O “Plano e Orçamento 2014” refere-se ao Conselho Municipal de Educação, de modo informativo. Ora, é nosso o entendimento de que esta muito modesta referência não chega porque no normativo DL n.º 7/2003 está dito (artigo 3.º) que o CME “é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”-----

E o seu art.º 4.º, nas oito alíneas do ponto 1 e no seu ponto 2, refere as respetivas competências, as quais abrangem todos os assuntos relevantes da educação, desde a avaliação dos edifícios escolares, passando pela assiduidade dos alunos e contemplando, também, a avaliação dos professores e dos funcionários. -----



Portanto, pensamos que tem total pertinência que se recomende o funcionamento adequado deste órgão porque os conteúdos do normativo que o estabelece assim o obrigam. -----

E, para finalizar esta breve intervenção, uma referência à Carta Educativa (contemplada no DL n.º 7/2003, desde o art.º 10.º ao art.º 21.º).-----

Também aqui o “Plano e Orçamento 2014” se refere à Carta Educativa, de modo informativo, apenas na p. 149 e passo a citar: “3.º Eixo – Reabilitação e Requalificação e/ou Construção de Novos Espaços nos Edifícios Escolares”. -----

Começamos por estranhar que esta referência à CE seja feita só quando chegamos a este 3.º Eixo porque a Carta Educativa abrange toda a educação.-----

Ora, o DL n.º 7/2003 dedica mais artigos à Carta Educativa, e não apenas o art.º 10.º (que refere os edifícios e demais equipamentos) e vai até ao artigo 21.º.-----

Por outro lado, é nosso entendimento que as recentes composições dos vários Agrupamentos de Escolas no nosso Concelho desatualizaram a Carta Educativa, o que nos remete para o artigo 20.º e que versa, precisamente, sobre a necessidade de revisão deste documento sempre que haja alterações, “designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino”, bem como determina que “O Ministério da Educação e as câmaras municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa.”-----

Esta CE já tem oito anos de vida durante os quais houve alterações substanciais como a agregação das escolas, o que nos leva a recomendar a sua necessária atualização.”-----

Usou da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE) para fazer a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“O Orçamento que é apresentado pela Câmara Municipal tem, logo como primeiro fator que se realça, a redução de 17,6 milhões de euros em relação ao de 2013.-----

Diz a Câmara Municipal que isto se deve ao esforço da gestão, ao esforço de contenção de despesa e a um maior realismo do orçamento. Cabe-me dois comentários sobre esta questão. --
A primeira é a evidência de que os orçamentos anteriores não eram realistas e a evidência de que os orçamentos em anos anteriores, do executivo PSD, eram propositadamente, conscientemente e deliberadamente inflacionados. -----

E um segundo comentário, que é, olhando à análise do Orçamento e comparando-o com o de



2013, não me parece que a redução dos 17,6 milhões de euros se deva a essa tal contenção e de rigor da despesa, mas deve-se mais ao facto de o Orçamento de 2013 ter 13 milhões de euros inscritos de empréstimos de médio e longo prazo, feitos pelo Estado, vulgo PAEL. Lá não diz isso, mas suponho que seja o PAEL, e o de 2014 não tem. Portanto, o de 2013 tinha um empréstimo de 13 milhões de euros e este não tem, logo cai o orçamento, o que prova que a Câmara Municipal tem vivido, anos após anos, sobre uma máscara de oxigénio, uma botija de oxigénio, que são orçamentos recorrentes. -----

Foi-se o empréstimo, cai o orçamento deste ano, ficam as dívidas para pagar, obviamente. Porque este Orçamento, apesar de diminuir 17,6 milhões de euros, mantém o mesmo nível de juros e de amortizações em relação ao de 2013, até aumenta um bocadinho, vai para mais de 6 milhões de euros em juros e amortizações, mas aumenta muito o peso, que já vai em 9,1%. Os juros e amortizações representam 9,1% do Orçamento Municipal.-----

Diz ainda a Câmara, na análise do Orçamento, que a gestão que tem sido feita pelo Município, apesar de ser rigorosa, não fica, e cito, é o que diz na análise orçamental: “não fica seriamente restringida nas despesas de capital e de investimento”, e consegue até, e volto a citar: “reforçar ano após ano e expressivamente, o apoio social aos mais carenciados”.-----

Também alguns comentários sobre esta afirmação que vem na análise orçamental.-----

Apesar de se dizer que a redução do Orçamento não restringe a autarquia nas despesas de capital e de investimento, o que se vê no Orçamento, no lado da despesa, é que a redução é quase toda feita em despesas de capital, e não em despesas correntes. -----

São menos 14 milhões de euros em despesas de capital, dos 17 milhões que baixa o Orçamento. Portanto, atalhada, passe a expressão, em despesas de capital, em contradição até com o que diz na análise orçamental. -----

Se compararmos com o Orçamento de 2013, e a análise previsional do Plano Plurianual de Investimentos, há uma redução de 21 milhões de euros. Não são despesas correntes, são planos plurianuais de investimentos. -----

Portanto, reconhecia-se, na análise orçamental, que não tem sido restringido, seriamente, as despesas de capital e de investimento. Portanto, corta-se 14 milhões de euros nas de capital e depois, não é cumulativamente, mas 21 milhões de euros, também, nas despesas de investimento.-----

Há ainda, se quisermos pormenorizar, um corte de 1 milhão de euros na Divisão de Ação



Social e Qualidade de Vida, em relação a 2013. E não é nas despesas correntes da Divisão, é nas despesas de capital da Divisão.-----

Diz o Executivo, ainda na análise orçamental, que vai conseguir reforçar o apoio social aos mais carenciados, até porque coloca como uma das suas bandeiras, uma das suas prioridades, aquilo a que chama coesão social.-----

Pois o BE diz que das palavras às ações há um caminho que tem de ser percorrido, obviamente, e é o caminho que falta percorrer. Talvez por causa do mau estado da rede viária, está a ser difícil percorrer esse caminho por parte do Executivo, aquele que vai das palavras às ações.-----

E eu explico, muito concretamente, esta questão, pelo lado do BE. Ao lermos o Orçamento, lê-se expressivo aumento no apoio social aos mais carenciados. Não vemos esse expressivo aumento, e tenho aqui apontado algumas rubricas, para dar exemplos:-----

No Orçamento da Divisão da Ação Social, um ligeiro aumento nas transferências correntes para instituições sem fins lucrativos mas, logo a seguir, uma perda nas verbas de transferências correntes para Famílias.-----

Vemos um ligeiro aumento das verbas para ação social mas, depois, vemos uma quebra, quase na mesma proporção, de verbas para ação social. E, portanto, no cômputo geral, não há expressivo aumento. Existem umas mexidas, tira-se de um lado, coloca-se no outro.-----

Pois aquilo que o BE considera é que perante a emergência social, vocês sabem a emergência social que se vive no Concelho e no País, até porque o PSD é o autor dela, perante essa emergência social era preciso, efetivamente, um orçamento de emergência social, de reforço social, e que promovesse a coesão social.-----

As palavras estão certas, Sr. Presidente, mas não se reflete no orçamento.-----

Por exemplo, não existe um plano de crescimento para a rede social e habitação social para o Concelho. E todos nós sabemos, porque já foi trazido a esta Assembleia Municipal, nomeadamente pelo BE, que existem famílias à espera de lhe ser atribuída habitação social.---

Por exemplo, não existem medidas, ou atividades, ou programas, ou projetos, novas medidas sociais para comparticipação de medicamentos, coisa que o BE já aqui propôs, e quem quisesse promover habitação social, acompanharia certamente.-----

Não existe um programa de emergência social, com verbas reais que o dotem de verbas consideráveis para responder a situações, em que os munícipes não têm dinheiro para pagar a



luz, a água, a habitação, a comida para pôr na mesa. Não existe um programa de emergência social. -----

Mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal há de lembrar-se, como eu me lembro, que na última sessão da Assembleia Municipal tivemos uma discussão sobre os impostos municipais e a ação social. E há de lembrar-se, como eu me lembro, que o BE propôs uma redução dos impostos municipais, da carga fiscal sobre os munícipes de Santa Maria da Feira. E há de lembrar-se, como eu me lembro, que a Câmara Municipal disse que não, que não podia ser, que os impostos tinham que ficar altos porque, senão, não havia possibilidade de reforço para a ação social. -----

Mas, Sr. Presidente, olhemos para o Orçamento para 2014. A Câmara Municipal prevê arrecadar mais 1,5 milhões de euros de IMI, a Câmara Municipal prevê arrecadar mais 650 mil euros de derrama. Portanto, não baixa os impostos, mantém-os altos, vai arrecadar mais. Mas isso não se reflete no reforço das funções sociais da Câmara Municipal nem se reflete no reforço de projetos de ação social. Há uma quebra de 17 milhões de euros nas funções sociais, há uma quebra de 21 milhões de euros nos Planos Plurianuais, e há uma quebra na Divisão da Ação Social. Não se reflete. Manteve os impostos altos e não fez repercutir como distribuição de riqueza para os munícipes. Não fez. E eu, na altura, tinha dito que o Sr. Presidente tinha uma visão a preto e branco, e o Sr. Presidente disse que o BE, que queria baixar os impostos e fazer ação social, tinha uma visão cor-de-rosa. Há de lembrar-se disso. -----

Sr. Presidente, qual é a cor da sua visão, que mantém os impostos altos, que prevê arrecadar mais e que, afinal, não reflete isso em reforço da ação social? Qual é a cor da sua visão? -----

Acho que até já nem é um problema de cor de visão, é mesmo um problema de foco na situação. É que existe um problema de emergência social e este Orçamento não o reflete. -----

Dirá, calmamente, que queria era ter dinheiro para fazer muito mais, mas para fazer muito mais é preciso maior gestão e cortar mais na despesa. -----

Pois bem: cortar na despesa. Eu creio que é necessário fazer um esforço de renegociação para cortar nos juros e na amortização que é feita anualmente da dívida. Ela representa 9% do Orçamento. É muito. É, provavelmente, possível fazer alguns pequenos ajustes e algumas pequenas poupanças. Ainda há pouco falamos que a Câmara faz um financiamento indireto à Feira Viva, comprando bilhetes para a Terra dos Sonhos. Eu não tenho nada contra o facto de a Câmara Municipal distribuir bilhetes, gratuitamente, a todas as crianças do Concelho. Até o



acho muito bem. Mas sendo que é a Câmara Municipal que financia, a 100%, a Feira Viva, não seria de esperar que não houvesse este financiamento indireto da Câmara à Feira Viva e que, portanto, se pudesse fazer essa poupança? Se calhar, essa poupança até dava para comprar, imagine-se, um projetor digital para a Biblioteca, porque é mais ou menos o mesmo preço.-----

Outra questão: o município de Santa Maria da Feira tem, ou prevê-se que vai ter, mais edifícios livres, com o funcionamento dos Centros Escolares, etc. Não seria possível, em vez de ter tantos arrendamentos, tantos edifícios arrendados para serviços da Câmara, aproveitar alguns desses edifícios que vão vagar, que vão ficar disponíveis, e poupar em rendas? É que, no final do ano, não deve ser tão pouco quanto isso. Ou vai-se continuar a apostar neste tipo de negócio, que o Sr. Presidente da Câmara até disse que era um bom negócio, que é o de arrendar provisoriamente pavilhões, onde já estive a Feira Viva, e para onde vai a PSP. E são sempre provisoriamente. E o negócio da PSP é de 35 mil euros por ano, por 15 anos. Isso são 500 mil euros. Eu sei que não é a Câmara que os vai pagar, é a tutela. Eu sei. Mas se a Câmara Municipal acha que este é um bom negócio, temo eu que esteja a replicar este negócio pelo Município quando devia, se calhar, ter edifícios que são públicos a funcionar com serviços públicos da Câmara. Mas estão a pagar arrendamento.-----

Porque este caso da PSP, nós lembramo-nos todos muito bem, falou-se e esteve quase como um dado adquirido, que era para ser numa escola, a Fernando Pessoa. Mas depois, volte face, sabe-se lá porquê, e vai para o sítio onde estive a Feira Viva, um negócio de 500 mil euros. ---
Portanto, creio que poderá haver por aqui algumas situações onde é preciso poupar.-----

Para terminar esta primeira intervenção, Sr. Presidente, eu creio que novamente as palavras e os processos de intenção que são deixados, no Orçamento, nomeadamente sobre a empregabilidade, ficam curtos e novamente não é feito o caminho das palavras às ações. Porque achar que empregabilidade é colocar desempregados a trabalhar sem contrato de trabalho, e findo o contrato de emprego e inserção, de 6 meses, 12 meses, voltam para o desemprego, e foi uma discussão que tivemos há bocadinho, não é promover a empregabilidade, é explorar o desempregado. Porque o desempregado que está a receber o subsídio de desemprego contribuiu para ele, descontou para o subsídio de desemprego e não é por estar a receber o subsídio de desemprego que deve ser tratado como pau para toda a colher. Não é por estar a receber o subsídio de desemprego que tem que estar a trabalhar a



alcatroar estradas, mesmo que não o quisesse fazer.-----
Isso não é promover a empregabilidade. Isso é promover a exploração das pessoas que vivem com muitas dificuldades de vida. Se estão no desemprego não é porque querem, é porque não há emprego. E o PSD sabe porque não há emprego, porque a culpa é dele.” – Fim de citação. -

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Analisamos as Opções do Plano e Orçamento de 2014, na esperança de se vislumbrar a concretização de ideias e práticas concomitantes com uma nova era da governação, no entanto anotamos poucos avanços e a manutenção de práticas pouco apropriadas. -----

Iniciemos por aquilo que valorizamos e apoiamos. -----

. O esforço que se pretende empreender para disseminar informação de carácter económico, financeiro e promocional, pois reveste-se de grande importância para avaliações dos agentes económicos;-----

. Também valorizamos todas as dinâmicas que reduzam o atrito entre procura e oferta de trabalho, tal como se pretende com a Bolsa de Oferta e Procura de Trabalho; -----

. Aplaudimos os projetos de empoderamento dos cidadãos, como é o exemplo do Projeto das Hortas Urbanas. -----

Ainda que estes sejam aspetos que mereçam ser valorizados são, em nosso entender, manifestamente insuficientes para colmatar o que falta ou é rejeitado. -----

Da mesma forma, à semelhança de anos anteriores, preveem-se gastos, num global aproximado de 600 mil euros, com as seguintes rubricas: -----

. Despesas em Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria no valor de 464.924 euros, -----

. Gastos em Publicidade na ordem dos 100.000 euros, -----

. Assistência Técnica na ordem dos 264.899 euros,-----

. Outros Trabalhos Especializados no valor de 234.545 euros.-----

Revedo os valores anteriores, ficamos com duas dúvidas: -----

1. Não existem técnicos qualificados nos quadros de pessoal da Câmara Municipal que possam executar estas atividades? -----

2. Será que foi realizado o esforço de racionalização absolutamente necessário para eliminar duplicações ou redundâncias? -----



Por outro lado, salta-nos à vista uma prática pouco clara, na forma de classificar despesas e receitas orçamentais, o que colide frontalmente com a promessa de transparência e rigor realizada pelo próprio Sr. Presidente, Emídio Sousa. -----

Do lado da receita, contabilizam-se mais de 1 milhão e 400 mil euros em rubricas denominadas “Outras”, às quais se acrescem mais 278.347 euros de “Diversas”. Seria necessário estarmos perante uma pessoa muito arguta para que perante termos tão abstratos pudéssemos compreender que receitas efetivamente são estas. -----

Do lado da despesa, encontramos o mesmo, ainda que elevado em número. Encontramos três rubricas de despesas num valor global de 13.256.774 euros, isto é, 18,13% da despesa global prevista, com as seguintes classificações: -----

. “Outros bens” no valor de 242.148 euros -----

. “Outros Serviços” no valor de 8.544.559 euros -----

. “Outras” no valor de 4.470.067 euros. -----

Sr. Presidente, espera que o PS aprove um documento em que, por cada euro previsivelmente utilizado, 18 cêntimos permitam adquirir bens e serviços sobre os quais não temos a mínima noção do que são e para que servem? -----

Ainda no que concerne à transparência, o Grupo Municipal do PS, e estamos certos que as restantes forças partidárias, veriam com bons olhos o preenchimento integral do Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos. As colunas que fazem referência aos pagamentos realizados até certa data não são para ornamentar o documento, mas sim para contribuir para uma análise mais clara dos compromissos assumidos e pagos pelo Município.

Por outro lado, estranhamos a ausência do Plano Plurianual de Investimentos de qualquer referência à promessa eleitoral associada aos Campos Sintéticos. O Sr. Presidente desistiu da promessa? Não está em condições de a assegurar? -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Analisamos o Plano e Orçamento de 2014, no intuito de identificar os projetos e ações conducentes à realização do proclamado novo ciclo de governação tendo por base os 3 eixos estratégicos de atuação definidos por este executivo permanente, não o encontramos. Contudo, acreditamos ser este o momento certo para que possam ser feitos ajustes necessários



e assim iniciar um Capítulo diferente. Por isso mesmo, pronunciarmo-nos no sentido de apontar as nossas críticas, que acreditamos serem construtivas, apresentando o que entendemos que deve ser alterado em benefício da população. -----

Orçamento:-----

Desde logo, salienta-se o peso excessivo que o executivo atribui à democracia representativa. Um sistema democrático não começa e termina, apenas e só nos seus representantes eleitos. A participação da sociedade civil, sob as mais diversas formas, aglutinam sinergias desconhecidas dos Partidos Políticos, contribuindo para o aprofundamento da democracia e transversalidade à sociedade em geral. Precisamente por isto, continuamos a lamentar a ausência de uma verba dirigida particularmente aos cidadãos, para que estes decidam, segundo regras claras, onde a aplicar; ou seja, o Orçamento Participativo é uma miragem.-----

No domínio do proclamado rigor, transparência e exigência na gestão financeira consideramos importante:-----

- O pagamento a tempo e horas; -----
- A limitação ao mínimo dos ajustes diretos e nestes, a consulta deve ser feita pelo menos a três fornecedores, como muitas vezes não sucedeu no passado; -----
- Tudo o que se traduza direta ou indiretamente na atribuição de verbas ou algum benefício, pelo Município, deverá obedecer a regulamentação própria e clara, ser previamente cabimentado e publicitado na página eletrónica da Câmara Municipal; -----
- Apesar de não existir uma política de investimento para o Concelho surpreendentemente o orçamento de despesa prevê gastos, num valor global aproximado de 600 mil euros, em rubricas sobre as quais temos sérias dúvidas sobre a sua eficácia, tal como melhor foram identificadas pelo deputado Daniel Gomes, que me antecedeu. Não há outras opções? -----
- Relativamente às rúbricas “outros” e “diversos” ressalta no orçamento da receita um valor global de 1 milhão e 678 mil euros, o que representa 2,4% das receitas totais previstas; -----
- E no orçamento da despesa a rubrica “outros bens”, “outros serviços” e “outras” atingem um valor global de mais de 13 milhões, 18,1% do orçamentado; -----
- Ao arrepio de qualquer boa prática de gestão, rigor, exigência e transparência que manda que estas rúbricas sejam residuais. Isto significa que poderá estar a ser aprovado um orçamento que no final não corresponda às opções aqui propostas. -----

Eixos estratégicos de atuação:-----



1. Fomento de um forte ambiente de desenvolvimento económico, tendo em vista a criação de emprego.-----

Não descortinamos uma visão estratégica para o desenvolvimento económico do Concelho e consequente promoção de emprego, de forma abrangente e integradora de todas as variáveis críticas para o seu sucesso em que destacamos:-----

Em relação à anunciada grande medida para a promoção do desenvolvimento económico concelhio, Via Verde Empresas, o que nos parece ser uma tentativa de recriação dos antigos PINs, à escala local, cumpre-nos lembrar que é uma obrigação administrativa, “dar resposta célere aos processos”, não nos passando pela cabeça outra atuação que não essa. Já agora, informe-nos de que alteração no processo orgânico e/ou administrativo ocorrerá para que a partir do próximo ano os empresários vejam as suas preocupações mais rapidamente resolvidas do que hoje.-----

Quais as metas que este executivo se propõe atingir nos próximos anos com as missões empresariais no âmbito da diplomacia económica? Existe algum plano para medição dos seus resultados?-----

Qual é o plano de atração de investimento para as zonas industriais (ZI) do Concelho? Após se despenderem várias dezenas de milhões de euros, estas estão ao abandono, por nunca ter existido um plano de atração de investimento e, diga-se, pela insipiente atratividade fiscal do Concelho para famílias e empresas.-----

Note-se o vergonhoso exemplo do Parque Empresarial da Cortiça, único sector de atividade em que Portugal é líder mundial. Era um fracasso esperado por todos, menos pelo executivo de que o Sr. Presidente fazia parte.-----

Continua a desconhecer-se por completo qual o destino que vai ser dado ao Europarque, equipamento potenciador de desenvolvimento, que se encontra em acelerado estado de abandono e consequente degradação que nomeadamente pela falta de iluminação, também impede a prática desportiva ao ar livre e de lazer. A Câmara Municipal não lhe dedica uma palavra sequer. Esperamos que não suceda o mesmo que sucedeu à Escola de Hotelaria, com o seu encerramento, por falta de visão e de ação do executivo PSD.-----

Ausência de uma estratégia política com enfoque especial no Turismo, nomeadamente o Turismos Sénior / Turismo Inclusivo (o mais rentável e estável ao longo do ano, representa 75% do turismo mundial, dados do Instituto Nacional para a Reabilitação). Este Concelho



carece de um Plano Estratégico promotor de dinamização e captação de turistas e investidores mais abrangente.-----

2. Reforço da coesão social.-----

Neste domínio entende o GM/PS que a coesão se faz não apenas ajudando os mais pobres dos pobres, mas também com medidas e ações que evitem que outras pessoas venham a engrossar o número daqueles que diariamente fazem parte da multidão de pobres que cresce no nosso País, devido a esta política cega de cortes e aumento de impostos que está a tornar a nossa sociedade cada vez menos coesa e desigual e está a levar os nosso concidadãos à emigração, a começar pelos mais jovens, pois estamos num País sem oportunidades.-----

Nesta matéria estamos plenamente de acordo com Manuela Ferreira Leite, no afirmado no jornal expresso do último fim-de-semana, onde escreve que “não podemos esquecer que este processo beneficiará apenas uma parte da população e arrastará para as cantinas sociais a outra parte”.-----

A Câmara Municipal também já poderia ter contribuído para o não agravamento da coesão social, através da redução do IMI para 0,3% dos prédios avaliados e com a redução do IRS para 2,5%, como propôs o GM/PS, pois certamente iria ajudar as famílias, as empresas e o emprego com o aumento do consumo interno através de maior quantidade de rendimento disponível. Proposta que foi recusada por esta maioria PSD, contrariamente a outras Câmaras, tais como Mealhada, Aveiro e Lisboa, que tiveram sensibilidade social para com os seus concidadãos. E não numa visão meramente assistencialista.-----

Na área do associativismo, para o GM/PS a par dos eventos culturais e desportivos promovidos pelo Concelho, é necessário apostar numa verdadeira agenda cultural para que se possa criar as sinergias entre todos.-----

Ao nível da Política da Juventude, tentou-se por linhas travessas compor o valor atribuído a esta área importantíssima da Governação Camarária, retirando a Orquestra de Jovens da área da Cultura e inserindo-a na Juventude, mantendo em níveis irrisórios o apoio ao empreendedorismo jovem e os programas de apoio à juventude. A título de exemplo verifica-se que a verba global prevista para a publicidade (100.000 euros) é superior à prevista para a Juventude – 77.523 euros.”-----

Nesta altura a deputada municipal Margarida Gariso, e após repetidos alertas para o término do seu tempo de intervenção, interrompeu a leitura do documento que havia preparado,



dizendo contudo que queria referir, em relação ao terceiro eixo estratégico, requalificação urbana viária, que aquilo que foi dito pela deputada municipal Lia Ferreira evidencia os aspetos mais crónicos e que carecem de intervenção, sob pena das práticas continuarem a ser as mesmas. -----

Concluindo, disse que pelas razões expendidas e por toda a apresentação feita pelos membros do grupo municipal do PS, não pode o grupo municipal do PS concordar com as propostas constantes dos documentos previsionais, na convicção de que as opções políticas apresentadas verdadeiramente não respondem às necessidades da população do Concelho, através de políticas que promovam o desenvolvimento económico e conseqüente criação de emprego. ----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por realçar o modo como foi veiculada a informação, dizendo ter sido uma mudança de postura que considera relevante apontar e que espera se mantenha.-----

Referiu que o CDS-PP considera o Orçamento para 2014 ambicioso, o que lhe apraz registar, e que esse documento vinque duas bandeiras que também foram do CDS-PP, durante a campanha eleitoral das últimas eleições autárquicas. Disse ser positivo que assim seja porque é o reconhecimento de que é fundamental agir sobre dois grandes eixos, nomeadamente o desenvolvimento económico e a criação de emprego, bem como a ação social. -----

Ressaltou a diminuição de 17,6 milhões de euros relativamente ao Orçamento de 2013, sublinhando ser uma diminuição significativa e relevante. -----

Salientou, contudo, que segundo afirmações do Sr. Presidente da Câmara, noutros municípios é prática corrente empolar os orçamentos e as taxas de execução, mas que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira entendeu adequado não empolar o Orçamento Municipal para 2014. Fez sobressair que essa afirmação deixa a dúvida de que essa seria, também, prática da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e que, nesse caso, lhe apraz registar essa mudança de postura, que entende fundamental manter-se, acrescentando que gerir de forma responsável e coerente o Município é fundamental, ainda mais no período que se atravessa. Disse esperar que a redução do valor do Orçamento assente, exatamente, nessa responsabilização.-----

Em relação à afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que espera que a Câmara consiga atingir, em 2014, uma taxa de execução de 85%, ou até 90%, disse representar, por si só,



alguma ambição e alguma mudança de postura, ainda mais porque a taxa de execução orçamental de 2013 andarà na casa dos 74 ou 75%. Salientou que uma taxa de execução entre os 85 e os 90% é ambiciosa e que, de facto, poderà assentar na mudança de postura e de comportamento em relação àquilo que era habitual, reafirmando ser vital, agora e para sempre, que não haja empolamento das contas. -----

Disse ser relevante verificar, quanto ao Orçamento da Receita, que a receita corrente é de 69,7%, significando um aumento ligeiro relativamente aos anos de 2012 e 2013, e que, no respeitante à receita de capital, há uma franca diminuição em relação a esses dois anos, rondando os 30,3%, referindo considerar tais mudanças relevantes. -----

Em relação às despesas correntes referiu que, situando-se nos 57,9%, representa uma ligeira diminuição em relação a 2012 e 2013, traduzindo um sinal positivo da responsabilização de que já falou, ressaltando, todavia, considerar que a Câmara devia ser um pouco mais ambiciosa. Frisou que tentar diminuir aquilo que é supérfluo é uma prática que, cada vez mais, deve ser levada a cabo, reafirmando que seria relevante caso a Câmara fosse um pouco mais ambiciosa nessa vertente. -----

Disse que a despesa de capital representa 42,1% da totalidade da despesa e que isso é significativo, recordando que, no ponto anterior relativo à informação sobre a atividade e situação financeira do Município, levantou uma questão que assenta exatamente nessa matéria. Reafirmou que, em 2013, verificou-se um aumento considerável das receitas, na rubrica Crédito, devido ao empréstimo contraído no âmbito do PAEL, ressaltando que a dúvida que lhe assalta é se, no próximo ano, caso aconteça alguma anormalidade quanto à receita a arrecadar, e atendendo à restante capacidade de endividamento de médio e longo prazo do Município, de cerca de 11%, se tal não poderà afetar a salubridade da Câmara e a sua gestão. -----

Quanto aos principais objetivos estabelecidos pelo executivo para 2014, reafirmou ser gratificante perceber que há uma mudança de vulto e uma perceção de que, muitas vezes, a construção e o betão não é o mais essencial, e que a função social é, hoje em dia, claramente a primeira prioridade. Referiu ser gratificante ver que 48,5% do orçamentado, representando 35,4 milhões de euros, repercute exatamente sobre as funções sociais, salientando que isso traduz a preocupação vital que deve existir e, até, reforçada, perante as dificuldades atravessadas pelos feirenses. -----



Relativamente à questão dos impostos recordou que, na sessão anterior da Assembleia, disse que seria relevante ver e sentir, por parte do executivo, essa postura, ou seja, ver transpor muito daquilo que é cobrado em impostos municipais para a ação social. Lembrou que o Sr. Presidente da Câmara, em resposta, manifestou ser vital e importante manter os níveis de impostos para, dessa forma, permitir ter meios e condições para dar resposta às imensas dificuldades que passam muitos feirenses. -----

Referiu que o CDS-PP considera que, de facto, a atenção específica desenvolvida para com a população sénior é extremamente relevante, mesmo em termos de habitação, ressaltando que muitas das situações preconizadas são realmente prementes. Nesse âmbito, destacou a necessidade de inculcar na população, essencialmente nos jovens, tal premência pelas ações sociais, realçando ser fundamental uma mudança de visão, promovendo uma visão estratégica que não pense no amanhã, mas que pense no muito depois do amanhã. -----

Salientou, em seguida, que o CDS-PP entendeu não enviar propostas para inclusão no Orçamento por considerar que cabe a quem foi eleito esgrimir todas as suas pretensões e apresentar aquelas que são as suas propostas, e por considerar, também, que é nesta Assembleia Municipal que as mesmas devem ser elencadas, para que a Assembleia as possa apoiar ou corrigir, se assim for o caso, através de outras medidas que entenda relevantes. -----

Em relação à promoção educativa falada nos documentos, no intuito de lutar contra alguma falta de formação e alguma iliteracia existente nas populações, disse ser do entendimento que o pensar o futuro e ter uma visão para o amanhã é muito mais relevante, muitas vezes, do que os custos que se possam considerar necessários para isso. Nesse âmbito, deu o exemplo dos países nórdicos, citando os casos da Suécia e da Dinamarca, para destacar que, a determinada altura, quer o Estado quer os próprios municípios, ou cidades, consideraram vital investir na formação das pessoas para combater muitas das assimetrias, bem como a muita falta de sapiência, de educação e formação que existia, e, dessa forma, construíram um amanhã diferente. Fez sobressair que, a partir desse investimento, foram obtidos resultados fantásticos a vários níveis, como ao nível da educação, do desporto, da cultura e, principalmente, ao nível da saúde. Disse que muitas edilidades consideram que investir na área da saúde, nas pessoas e no seu bem-estar, não lhes compete diretamente, mas que discorda desse ponto de vista, sublinhando ser do entendimento que os municípios têm, efetivamente, essa responsabilidade. Salientou considerar vital que o município de Santa Maria da Feira mude de postura e passe a



apoiar e a investir, cada vez mais, na formação e na diminuição da iliteracia que, de facto, existe no Concelho, frisando que isso seria relevante. Referiu que muitos consideram inócuo esse tipo de investimentos mas que, como é demonstrado nos casos dos países que o fizeram, os resultados são brilhantes. -----

O membro Valter Amorim prosseguiu a sua intervenção dizendo ser também relevante perceber que um dos eixos que a Câmara considera fundamental coincide com um dos principais eixos indicados pelo CDS-PP, na campanha para as últimas eleições autárquicas, designadamente a questão do emprego, da economia e do empreendedorismo. -----

Sublinhou que o fomento dessa área é vital porque só desse modo, conjuntamente com a aposta na ação social, será possível a dita coesão social, destacando que sem a correlação desses dois módulos essa coesão nunca acontecerá. -----

Salientou que o Concelho de Santa Maria da Feira assenta em dois grandes pilares, nomeadamente as indústrias da cortiça e do calçado, acentuando ser preciso apoiar esse pilares mas que, por outro lado, é também fundamental inovar e procurar alternativas para que, caso um desses abale, exista uma solução. -----

Nesse âmbito, disse entender fundamental acabar com a burocracia e com práticas recorrentes de impedimento sistemático daquilo que são as necessidades das empresas, para permitir que elas possam fluir positivamente tendo em conta essas mesmas necessidades. Aludiu a uma proposta feita, em tempos, pelo CDS-PP, a propósito da criação de um Centro Incubador de Empresas, dizendo ser uma proposta que entende relevante e que considera que deve ser levada em conta pelo Município. Salientou que o Município de Viseu implementou essa medida e que conseguiu fomentar micro e pequenas empresas de uma forma nunca antes vista naquele concelho, ressaltando que tal exemplo devia ser imitado. -----

Relativamente ao terceiro eixo, a requalificação urbana e viária, referiu que o CDS-PP também apoia essa prioridade, realçando ser fundamental modificar aquilo que está feito de modo muito errado e perceber que o estado das vias advém do modo como as obras foram realizadas. Sublinhou que quem levou a cabo essas obras deve ser responsabilizado pelo estado das vias, questionando, nessa medida, se tais entidades privadas foram chamadas à razão e à responsabilização por esse estado, bem como se a fiscalização tem funcionado e, em caso de resposta afirmativa, qual é, então, a razão para o mau estado das vias. -----

Frisou que os exemplos apresentados pela deputada municipal Lia Ferreira demonstram



aquilo que é a má prática porque evidenciam que ninguém pensou nos deficientes e nas pessoas que têm dificuldades de mobilidade, sublinhando ser fundamental pensar nessas pessoas porque são cidadãos de pleno direito, como quaisquer outros. Disse esperar que os exemplos apontados, verificados em Santa Maria de Lamas, sirvam exatamente de exemplo para, no futuro, serem evitados.-----

Salientou que, para terminar, queria fazer uma alusão ao QREN para perguntar qual a estratégia da Câmara Municipal relativamente a esse Programa, uma vez ser fundamental a Câmara aceder a esses créditos. Referiu ser essencial criar uma estratégia e um plano orientador que permita à Câmara dar resposta cabal às necessidades de muitas das empresas do Concelho, fazendo sobressair que essa é uma incumbência da Câmara.-----

Disse concordar com as missões empresariais que são levadas a cabo mas que é do entendimento que as mesmas também devem acontecer de fora para dentro, ou seja, serem os de fora a visitar Santa Maria da Feira, com vista à instalação de empresas neste Concelho.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Valter Amorim citou um exemplo ocorrido num município vizinho, Oliveira de Azeméis, para dizer que aquele, há pouco tempo, diligenciou e finalizou um projeto com vista à instalação de uma empresa chinesa, precisamente à custa desse movimento, de lá para cá, sublinhando ser relevante que tais movimentos aconteçam, também, em Santa Maria da Feira.-----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que os documentos em causa mereceriam uma outra discussão mas que é difícil discutir, em pormenor, documentos desta natureza. Ressaltou que a miséria do País já é suficientemente grande e que, no seu entender, não deve ser potenciada, dizendo custar-lhe ver que as pessoas se limitam a apontar o que está mal mas sem indicarem soluções, salientando que problemas todos conseguem detetar, mas que encontrar soluções não é tão fácil.-----

Em relação aos três eixos prioritários indicados, disse serem mais ou menos unânimes, salientando, quanto ao eixo referente ao fomento do desenvolvimento económico, tratar-se de um projeto arrojado do Sr. Presidente da Câmara uma vez que depende da situação do País, ressaltando que esse fomento, da parte da Câmara, será tanto maior quanto maior for o desenvolvimento do País. Sublinhou que não será a Câmara de Santa Maria da Feira, nem nenhuma do País, a resolver o problema do desemprego nos respetivos concelhos, frisando



que esse problema terá de ser resolvido por todos.-----

Sublinhou que a importância do aspeto do desemprego é reforçada no segundo eixo prioritário, a coesão social, destacando que esse eixo não se limita ao apoio social e que envolve, também, a questão da empregabilidade.-----

Nesse âmbito, fez referência à intervenção feita pelo membro Moisés Ferreira para dizer discordar com a visão de que não valerá a pena empregar as pessoas em situação de desemprego, mesmo que seja durante algum tempo. Referiu não poder concordar com a visão de que o coitadinho do desempregado tem que estar no desemprego até que lhe apareça um emprego eterno, dizendo discordar não só porque isso seria desonerar a vertente social do Estado mas também porque, para muitas pessoas, o importante é trabalhar, e que preferem trabalhar do que estarem em casa, sem fazer nada. Salientou que tanto a sua visão como a do membro Moisés Ferreira, analisadas isoladamente, podem ser criticadas, pelo que teria de ser encontrado um meio-termo entre as duas.-----

No âmbito do eixo relacionado com a requalificação urbana, disse ter gostado da intervenção feita pela deputada municipal Lia Ferreira porque apontou alguns casos e alguns erros que foram sendo cometidos, e que são importantes resolver. Disse ser preciso tomar consciência que essa questão não é somente referente às pessoas portadoras de deficiência, recordando que há muitas pessoas com mobilidade reduzida e que, portanto, é importante que todos interiorizem a necessidade de que é preciso fazer as obras bem feitas.-----

Quanto ao Orçamento referiu que, para uns, reduziu-se muito em relação ao de 2013, que para outros reduziu-se pouco, sublinhando que, efetivamente, em 2013 houve o dinheiro do PAEL que ajudou às contas da Câmara. Em relação à questão do empolamento, frisou que não se deixou de empolar só porque se pensou que isso era importante, destacando que o ser um orçamento tão realista quanto possível decorre, e bem, da exigência da lei.-----

Referiu que a receita corrente atinge os 50,984 milhões de euros, representando 69,7% do Orçamento, e que as despesas correntes totalizam 42,369 milhões de euros, ou seja, 57,9% do total, ressaltando que disso resulta um diferencial de 12% em termos de investimento. Disse considerar positivo salientar essa vitalidade do Município de Santa Maria da Feira até porque, pelo País, começa-se a ver autarquias em que, contrariando a lei, as suas despesas correntes são já significativamente superiores às suas receitas.-----

Mencionou que, ao falar-se de algumas obras, foi utilizada linguagem com a qual disse querer



demarcar-se, referindo que se chamou de gangues a pessoas que foram eleitas, salientando, a esse respeito, que quer se concorde, ou não, com aquilo que esses eleitos fazem, não considera apropriada tal linguagem, pelo que a repudiava. -----

Salientou que, apesar de ter ouvido falar muito da necessidade de reduzir custos, queria destacar que as verbas para a ação social, bem como as transferências para as Juntas de Freguesia e Bombeiros, se mantêm. -----

Em relação ao Mapa de Pessoal para 2014, salientou ter lido um estudo, muito recentemente, sobre os rácios de funcionários por mil habitantes, de uma série de municípios. Disse que era bom que esses rácios fossem comparados com os do município de Santa Maria da Feira, ressaltando que, neste município, tendo a Câmara 819 funcionários para uma população de 140 mil pessoas, dá um rácio de 5,8 funcionários por mil habitantes. Realçou que, se fossem retirados os 289 funcionários afetos à Educação, por força dos últimos protocolos, daria um rácio na ordem dos 3,8 funcionários por mil habitantes. Referiu que, sendo certo que nem tudo está bem feito no município de Santa Maria da Feira, também é por causa dessa situação que as despesas correntes não estão mais aquém das receitas correntes. -----

Frisou que, por último, queria falar em relação ao papel das Juntas de Freguesia, dizendo que ouve sempre falar-se dessas autarquias como sendo uma pedra no sapato. Disse que gostava que houvesse uma reunião com as Juntas de Freguesia para esclarecer qual o papel que, efetivamente, se pretende que as Juntas tenham, dizendo estar à-vontade para falar desse assunto porque foi Presidente de Junta. Salientou que, de facto, há coisas estão muito mal em relação às Juntas de Freguesia, mas que isso acontece em todos os concelhos, não só no de Santa Maria da Feira, mas que também é preciso reconhecer que as Juntas de Freguesia têm coisas excelentes. -----

Salientou saber o quanto custa estar à frente de uma Junta de Freguesia e dar a cara, e saber o quanto custa fazer obras nas freguesias e que, portanto, deixava uma sugestão, designadamente a alguns vereadores e sem qualquer desprimor até porque considera uma honra ser Presidente de Junta, no sentido de que, nas próximas eleições autárquicas, se candidatem a Presidente de Junta de Freguesia para ver se conseguem alterar o sistema que, efetivamente, considera preciso ser alterado. Ressaltou que, de facto, cada vez mais as Juntas de Freguesia têm menos autonomia e menos dinheiro e que, se é para começar a retirar tudo às Juntas, então que se tenha a coragem de acabar com elas. Apelou no sentido de que se



deixe as Juntas de Freguesia ter alguma autonomia e que se deixe de falar delas como sendo uma pedra no sapato. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira deu nota que o grupo municipal do PSD, pelas razões que apontou, vota favoravelmente o Plano e Orçamento Municipal para 2014, na confiança de que será um grande ano e uma mudança de ciclo, bem como aprova o Mapa de Pessoal para 2014. -----

Interveio o membro *José Carlos Silva*, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que começou por dizer que considera o Orçamento para 2014 como sendo adequado à nova realidade, salientando, quanto à questão do empolamento dos orçamentos dos anos anteriores, que essa crítica só se compreende porque os membros que a fizeram não estavam presentes, nesta mesma Assembleia, nesses anos anteriores. Explicou que, efetivamente, esse empolamento existia até porque a lei, na altura, assim o exigia, para que se pudesse fazer uma boa gestão, mas que esse empolamento era afirmado e confirmado pelo Sr. Presidente da Câmara, e não escondido. -----

Em relação à despesa, disse que começava por aludir à muito falada ação social. Lembrou que muita da dívida da Câmara, de médio e longo prazo, diz respeito às cerca de 900 casas de habitação social que foram construídas no Concelho, e que estão a ser pagas a 20 ou 30 anos. Sublinhou haver rendas, dessas casas, de 5 euros, questionando se isso é, ou não, ação social. - Quanto à questão dos empréstimos, disse integrar a Assembleia Municipal há alguns mandatos e que sempre ouviu questionar-se a Câmara relativamente à dívida que tinha por pagar. Nesse âmbito, referiu ter ouvido o Sr. Presidente da Câmara dizer que a Câmara tem tudo pago até ao mês de novembro findo, mas que não ouviu ninguém congratular-se com isso. Salientou que a Câmara, ao ter tudo pago, está a promover o emprego uma vez que está a injetar dinheiro na economia local, destacando que se as empresas tiverem dinheiro, isso promove o emprego. -----

Sobre a crítica de que o Parque Empresarial da Cortiça (PEC) foi um falhanço, disse que quando o PEC foi planeado, entre os anos 2000 e 2002, o setor da cortiça valia 940 milhões de euros por ano e que, quando essa ideia foi abandonada, por volta de 2009 ou 2010, esse setor valia pouco mais de 650 milhões de euros. Ressaltou que, caso o PEC fosse construído, tornar-se-ia num elefante branco e que, portanto, considerava o abandono do PEC como uma



boa política. -----

Referiu que mais do que pensar no PEC vale a pena pensar na flexibilização e na facilitação do licenciamento das empresas, frisando ser muito mais importante, neste momento, ter as empresas localizadas num local próprio, cumprindo as regras do ponto de vista ambiental, do que estarem localizadas no meio das populações, com todas as implicações que isso traz, como o trânsito caótico. -----

Aludindo ao setor da cortiça referiu que, infelizmente, muitas empresas fecharam não só devido à incapacidade dos empresários, mas também devido a uma diminuição na venda de rolhas naturais, na ordem de 150 milhões de euros. Disse ter aparecido um outro tipo de rolhas, fabricadas a partir de microgranulados, que necessitam de menos mão-de-obra e mais tecnologia, e que isso explica o encerramento de algumas das empresas do setor corticeiro. ----

Em relação às receitas, disse que era fácil a Câmara aumentar a receita caso aplicasse, no IMI, as taxas máxima previstas na lei, de 0,8% para os prédios urbanos e de 0,5% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, salientando que com isso a receita aumentaria na ordem dos 2,5 milhões de euros. Salientou que se a Câmara, pelo contrário, diminuísse as taxas desse imposto, então que, com certeza, teria que cortar em algumas coisas. -----

Quanto ao investimento e às despesas de capital, recordou que 2014 é o ano do início do novo Quadro Comunitário de Apoio, cujo período de programação vai de 2014 a 2020. Disse que, neste momento, não pode haver grandes despesas de capital, ressaltando que a Câmara só receberá fundos comunitários, provavelmente, a partir do segundo semestre de 2014, sublinhando que esses fundos é que fazem sentido serem investidos. -----

Salientou que quando se fala do Orçamento Municipal para 2014 está-se a falar de um orçamento que cumpre a estabilidade orçamental e a sustentabilidade financeira, que é um orçamento equilibrado até porque, pela nova legislação, há a obrigatoriedade da receita corrente cobrir a despesa corrente, acrescida das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo. -----

Em relação à questão da produtividade, referiu que essa tem a ver com o aumento da produção per capita que, neste caso, é pelo número de trabalhadores da Câmara. Fez sobressair que a Câmara mantém o mesmo custo, com os mesmos trabalhadores, e que não procedeu a despedimentos, nem vai proceder. Disse que, caso se quisesse que a Câmara fosse mais eficiente, teria que haver uma racionalização dos custos, que não lhe chamaria



despedimentos, questionando se é isso que se pretende. -----

Em termos das Opções do Plano, salientou ser do entendimento que os três eixos prioritários descritos estão muito bem sustentados. -----

Concluindo a sua intervenção, disse que as Opções do Plano e Orçamento para 2014 são os primeiros elaborados pela atual Câmara, que foi eleita há cerca de três meses, pelo que estava curioso por saber como é que a oposição votaria os documentos, ainda mais sabendo-se que as propostas apresentadas foram referendadas pelos feirenses.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, face às intervenções efetuadas, dar os esclarecimentos que entendesse por convenientes.-----

Começando por aludir à intervenção efetuada pela deputada municipal Lia Ferreira, disse que a mesma colocou algumas questões sobre a legislação de obras particulares, salientando, sobre isso, que a Câmara cumpre rigorosamente com o que diz a lei, no que diz respeito às acessibilidades. -----

Sobre a obra da Rua do Outeirinho, em Santa Maria de Lamas, disse tratar-se de uma obra ainda a decorrer e que, portanto, considerava prematuro que se criticasse uma obra que ainda não está concluída. Disse que a Câmara tem tido, desde o início da obra, bastante preocupação com a mesma, ressaltando que, inclusivamente, foram retificados alguns pequenos aspetos já durante a execução da mesma, nomeadamente na questão do alargamento de passeios. Referiu tratar-se de uma rua com muito movimento, até de camiões, mas que não há nenhum privilégio da circulação automóvel em detrimento da pedonal, destacando que a Câmara o que tem feito é tentar compatibilizar os dois usos da melhor maneira possível, e que entende que, no final, ficará uma obra aceitável.-----

Em relação à intervenção efetuada pelo membro Filipe Moreira, disse considerar que a mesma ficou manchada quando aquele membro disse ser um gangue a dirigir o País, ressaltando que essa expressão não é adequada nem respeitadora de qualquer um que exerce política, e que não a aceita em relação a ninguém que foi eleito democraticamente. -----

Quanto à questão da compostagem doméstica, disse que esse projeto foi alargado a todo o território do Concelho, fazendo notar que, anteriormente, só algumas freguesias participaram do projeto piloto. -----

Sobre a questão de quantas escolas do Concelho recorrem às fossas sépticas, referiu admitir



que haja uma ou outra escola, na parte sul do Concelho, a usar a fossa séptica uma vez que, nessa zona, o funcionamento do sistema de saneamento ainda não está a decorrer. Sublinhou, contudo, que a maioria das escolas do Concelho já estão ligadas à rede de saneamento. -----

Em relação aos transportes escolares e sobre as perspetivas para melhorar esse serviço, recordou que são contratadas empresas para prestar esse serviço e que essas têm que cumprir com as regras estipuladas. -----

Referiu achar curiosa a crítica de que a Câmara está a alinhar pela política do Governo ao apontar a exportação, às empresas do Concelho, como um dos caminhos para sair da crise. Nesse âmbito, disse considerar tal crítica como um contrassenso, sublinhando entender que o País não tem outra alternativa que não apostar nesse caminho e que considerava que o problema de Portugal foi, precisamente, comprar mais do que aquilo que vendeu. Disse que se não houver rendimento e se se gastar mais do que aquilo que se ganha, chega o dia em que alguém pede contas, dizendo ter sido essa a situação que se passou com Portugal. -----

Quanto a dizer-se que o Executivo é neoliberal, disse considerar isso como sendo um elogio, salientando entender que, de facto, Portugal precisa de alguma liberdade das famílias, de ter uma carga fiscal menor, sublinhando que se isso é ser neoliberal, então que é um neoliberal porque entende que existe, no País, uma carga fiscal excessiva. Referiu que enquanto Portugal tiver o problema que tem, então que as famílias terão que suportar essa excessiva carga fiscal, mas que entende que o País carece de alguma liberdade individual, carece que cada um, em sua casa, gaste o dinheiro que ganha honestamente como bem entender. -----

Em relação à afirmação de que as Opções do Plano são uma autopromoção do executivo da Câmara, disse não corresponder à verdade, fazendo sobressair que o executivo só tem um objetivo que é o de promover o concelho de Santa Maria da Feira e a qualidade de vida das pessoas. Disse entender que um dos papéis, como Presidente da Câmara, que deve desempenhar é o de mobilizar os feirenses, desde os empresários aos trabalhadores, em prol de um objetivo coletivo, ressaltando ser isso que tem tentado fazer. -----

Quanto às questões colocadas pela deputada municipal Carla Pinto, salientou, em relação à questão das coberturas de amianto nas escolas, que tal problema terá ficado praticamente resolvido com os novos centros escolares. Referiu haver um caso específico relativo a um edifício que foi cedido à Junta de Freguesia de Espargo para, ali, ser instalada uma associação, sublinhando não saber se nesse edifício existe amianto e que, caso haja, é uma



situação que deverá ser corrigida. -----

Sobre o Conselho Municipal de Educação, frisou que o mesmo funciona bem e que não tem conhecimento de alguma reclamação. -----

Quanto à revisão da Carta Educativa, informou que a mesma está em curso e que nada mais tinha a acrescentar quanto a essa matéria. -----

Em relação à intervenção efetuada pelo membro Moisés Ferreira e à afirmação de que os orçamentos dos anos anteriores não eram realistas, referiu que o membro José Carlos já explicou que os mesmos eram perfeitamente realistas e que a opção do empolamento era claramente explicada pelo Presidente da Câmara. -----

Sobre dizer-se que houve um corte de um milhão de euros na Divisão da Ação Social e Qualidade de Vida, referiu também não ser verdade, salientando que a redução nas despesas de capital dessa Divisão prende-se com os apoios que a Câmara deu às IPSS para a construção de equipamentos sociais, no âmbito do programa PARES, realçando que, hoje, o Concelho tem uma rede muito boa a esse nível de equipamentos. Fez sobressair que a ação social não se restringe à despesa que se vê em relação àquela Divisão, ressaltando que a ação social está espalhada em muitas rubricas do Orçamento, como na habitação social, na ação social escolar, entre outras. -----

Salientou que, depois, o membro Moisés Ferreira propôs a redução de impostos e, por outro lado, um aumento da despesa e um orçamento para a emergência social, considerando que isso é uma contradição e que é ver o mundo de uma perspetiva cor-de-rosa, dizendo não saber como é que se pode ter mais despesa e menos receita, mas que talvez o membro Moisés Ferreira lhe soubesse explicar como isso se faz. -----

Recordou que os impostos praticados no Município não estão pelas taxas máximas, lembrando, quanto ao IMI, que é aplicada uma taxa de 0,4% nos prédios avaliados e de 0,7% nos não avaliados, portanto, taxas intermédias. -----

A propósito, referiu que a deputada municipal Margarida Gariso, na sua intervenção, falou que se devia baixar a taxa do IMI para 0,3%, no caso dos prédios avaliados nos termos do CIMI, recordando, a esse respeito, que na reunião de Câmara o Partido Socialista propôs uma redução para 0,38%. Comentou, nesse âmbito, não se tratar do jogo do “quem dá mais”, mas sim do rigor que a Câmara tem que ter para poder responder às prioridades que definiu. -----

Sobre a afirmação de que uma maneira da Câmara ter mais dinheiro disponível seria por



renegociar os juros e amortizações da dívida, sublinhou que só faltou ao membro Moisés Ferreira dizer para a Câmara não pagar os empréstimos que contraiu, fazendo sobressair, sobre isso, que a Câmara tem que pagar os empréstimos que contraiu.-----

Frisou também não ser verdade que Câmara financia a 100% a empresa municipal Feira Viva, ressaltando que a mesma tem um orçamento e que somente uma parte é financiada pela Câmara, devido ao défice da exploração de alguns equipamentos geridos pela empresa municipal. Disse ser sabido que alguns equipamentos dão prejuízo, ressaltando que a Câmara cobre esse prejuízo, afirmando ser da opinião que assim deve ser e que considera essa como sendo uma despesa social. Focou que, para 2014, está previsto a Câmara transferir, para a Feira Viva, uma verba de 1,8 milhões de euros, devido a esse facto que explicou, informando ainda que, desses, cerca de 300 mil euros são relativos a uma situação fiscal que é preciso regularizar.-----

Sobre a afirmação de que a Câmara poderia comprar um projetor digital com o dinheiro que deixaria de transferir para a Feira Viva, disse serem opções que têm que ser tomadas, ressaltando preferir que as crianças possam praticar natação, por exemplo, a um preço mais acessível, do que comprar um projetor digital para a Biblioteca.-----

Relativamente ao preço do aluguer das novas instalações da PSP, de 500 mil euros por 15 anos, disse que, eventualmente, o erro do País, e de muitas famílias, foi ter optado pela construção ou pela compra de edifícios, quando deviam ter optado pelo arrendamento. Referiu que a estimativa que existia, para a construção de uma nova esquadra, chegou a ser superior a um milhão de euros, destacando que, no caso de um empréstimo a uma taxa de juro anual de 5%, daria 50 mil euros de custos de capital ao ano, frisando que essa verba dá e sobra para pagar a renda mensal de 2980 euros, daquele espaço. Destacou ainda que, no caso da construção ou compra, ainda têm que ser consideradas as despesas de manutenção e conservação do edifício, fazendo sobressair que o proprietário do edifício onde vai ser a esquadra da PSP vai pagar as despesas de IMI e de IRS e que, portanto, considera que o Estado fez um excelente negócio e decidiu bem, ao optar pelo arrendamento.-----

Sobre a intervenção do membro Daniel Gomes, referiu que o mesmo falou de muitos números mas que, naturalmente, não os iria escarpelar, comentando que se aquele membro o quisesse, poderia agendar para falar com uma das contabilistas da Câmara que lhe explicariam, em pormenor, esses números.-----



Disse que a deputada municipal Margarida Gariso falou da democracia participativa, salientando, a esse respeito, que a Câmara tem uma extraordinária democracia participativa, desde logo através do diálogo que tem com as Juntas de Freguesia e com as 110 parcerias da rede social concelhia, ressaltando que essas entidades são ouvidas e que as suas necessidades são analisadas, sublinhando considerar que isso é que é uma participação efetiva da sociedade civil. Referiu que afetar no Orçamento, por exemplo, uma verba de 50 mil euros para as pessoas dizerem o que fazer com essa verba, dava uma grande notícia no jornal e calava muitas vozes, mas não resolvia nada. -----

Em relação às zonas industriais, disse não ser verdade que estão ao abandono, frisando ainda que espera que, a curto prazo, a zona industrial de Romariz entre em funcionamento. -----

Relativamente à intervenção do membro Valter Amorim, disse considerar que o mesmo fez uma análise muito assertiva sobre as Opções do Plano, ressaltando ser evidente, e que tem a consciência disso, de que há muita coisa que falta fazer e que podia ser feita, mas que são opções que têm de ser tomadas, salientando que a Câmara definiu as suas linhas estratégicas e que essas passam, por exemplo, pelo rigor e pelo pagar a tempo e horas a fornecedores. -----

Em relação ao desenvolvimento económico, disse ter explicado qual o plano estratégico do desenvolvimento económico e do emprego que define a linha estratégica da Câmara, mas que é evidente que muito mais pode ser feito e que está recetivo a sugestões.-----

Quanto à questão sobre o QREN, esclareceu que a Câmara já tem o seu plano estratégico preparado, e que tal trabalho está a ser desenvolvido em conjunto com os restantes municípios do Entre Douro e Vouga, sublinhando que o Quadro Comunitário privilegia muito os trabalhos desenvolvidos ao nível supramunicipal e ao nível de área metropolitana. Ressaltou, contudo, não acreditar que em 2014 sejam recebidas verbas do QREN, admitindo que tal só venha a acontecer em 2015. -----

Concluindo a sua intervenção, e em relação à questão dos pisos sintéticos, disse estar previsto no Orçamento para 2014 uma verba exatamente de 700 mil euros para esse efeito, dividida em duas parcelas. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por ressaltar que, efetivamente, não partilha da mesma ideia do Sr. Presidente da Câmara quanto ao que é o neoliberalismo. -----
Disse que o Sr. Presidente da Câmara não referiu para quando a resolução do problema das



pedreiras de Lourosa, bem como não referiu para quando o avanço do processo de revisão do PDM, fazendo sobressair que, no geral, o Sr. Presidente da Câmara foi muito vago nas respostas que deu às questões que ele – Filipe Moreira – havia colocado. -----

No respeitante à intervenção efetuada pelo membro Fernando Moreira, do grupo municipal do PSD, comentou que o Sr. Sílvio Berlusconi também foi eleito Primeiro-Ministro de Itália, e que toda a gente sabe o que se passou. -----

Quanto a dizer-se que não se falou das coisas que estão bem, disse que isso não corresponde à verdade, recordando ter feito alguns elogios ao documento apresentado pela Câmara Municipal. Disse, contudo, que à CDU o que mais interessa é discutir o que não está bem, no intuito de melhorar, considerando que vir-se discutir o que está bem é uma perda de tempo, até porque o grupo municipal do PSD já faz muito bem esse papel. -----

Em relação à questão da apresentação de propostas, disse ser sabido que a CDU apresentou propostas e que, portanto, considera que o alvo não seria a CDU, nessa parte. -----

A propósito das pessoas que estão no desemprego e que vão trabalhar para as Juntas de Freguesia, referiu que essa é, também, uma questão de interpretação ideológica, fazendo notar que não partilha da visão do membro Fernando Moreira. -----

Concluindo, e a respeito desse mesmo assunto, disse entender que, se há um emprego, essa pessoa deve ser, evidentemente, empregada e não estar numa situação precária, ocupando aquilo que seria um emprego. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para dizer que, na sequência das respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara às questões que tinha colocado, queria falar, novamente, de dois assuntos, nomeadamente a questão da ação social e a questão dos impostos municipais.---
No que respeita à ação social, disse ter notado um progresso na posição da Câmara Municipal, salientando que o Sr. Presidente da Câmara começou, na intervenção inicial, por dizer que todos os anos há um acréscimo expressivo no apoio à ação social e que, na última intervenção, já disse que, afinal, não há grandes cortes. -----

Frisou que quando fez a análise ao Orçamento não olhou somente para a Divisão da Ação Social e Qualidade de Vida, ressaltando que, ao analisar o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, também constatou que, regra geral, ou não há acréscimo ou, então, há reduções. Sublinhou que, no Plano de Atividades, no que à ação social diz



respeito, há uma redução comparativamente com o de 2013. Fez sobressair que a principal questão é que, perante a situação de emergência social que é vivida por muitas famílias, não se deveria estar a discutir se há uma pequena ou uma grande redução, mas sim um aumento significativo do apoio à ação social, sublinhando que tal não se verifica. -----

Relativamente à questão dos impostos municipais, referiu que o Sr. Presidente da Câmara insistiu dizendo que o Bloco de Esquerda tem uma visão cor-de-rosa dessa matéria, e que, como tal, também insistiria na opinião de que a Câmara, prevendo um aumento da receita dos impostos diretos cobrados pelo Município, não faz repercutir esse aumento pela população, através de um aumento da ação social. Frisou não considerar tal proceder correto, dizendo não se tratar de uma visão cor-de-rosa nem de uma visão castanha, mas sim de uma visão muito negra da sociedade. -----

Concluindo, e a propósito, lembrou a isenção do pagamento de IMI que a Assembleia Municipal aprovou e que foi concedida ao Europarque, questionando quantas entradas na Terra dos Sonhos, quantos lanches para as crianças e quantos projetores digitais não daria para comprar com o dinheiro relativo a essa isenção, que disse ter sido dada a um elefante branco do Concelho. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer, em relação à questão das pedreiras de Lourosa, que a obra, na sua parte de requalificação ambiental, está concluída. -----

Sobre o processo da revisão do PDM, disse que a Carta de Reserva Ecológica está para publicação, que tal acontecerá a qualquer momento, a menos que haja mais alguma alteração legislativa, referindo fazer questão de apontar essa ressalva porque é isso que se tem verificado nos últimos anos, dizendo esperar que não surja mais nenhum entrave. -----

Relativamente à questão dos impostos municipais, disse já se ter percebido que o membro Moisés Ferreira, do BE, quer claramente descer os impostos e aumentar as despesas sociais, dizendo ser já uma obsessão daquele membro. Referiu que, como o membro Moisés Ferreira deve ter conhecimento, um eventual aumento da receita do IMI que aconteça devido às reavaliações dos prédios, tem que ser usada para abatimento da dívida. -----

Sobre a afirmação de que o Europarque é um elefante branco, disse que aquele equipamento não é um elefante branco, que considera-o como um equipamento de excelência, não só do



Concelho, como do País, e que gosta muito de falar positivamente do Europarque apesar de saber que o mesmo vai custar, ao erário público, cerca de 30 milhões de euros. -----
Destacou o empenho que muitos tiveram, na altura, para que o Europarque tivesse vindo para Santa Maria da Feira, que ainda bem que veio, considerando importante, agora, e porque o equipamento já lá está, que todos falem bem do Europarque e que todos lutem para que seja rentabilizado, e que é da opinião que cada vez que alguém fala mal do Europarque está a dar um tiro no próprio pé do território de Santa Maria da Feira. -----
Salientou que a Câmara já disse não admitir que o Europarque seja fechado, mas sim que espera que seja adaptado e revitalizado, frisando que a Câmara está disponível para trabalhar nesse sentido e que é isso que quer fazer. -----
Concluindo, sublinhou não ser benéfico para o município de Santa Maria da Feira que se fale do Europarque como sendo um elefante branco. -----

Entretanto, saiu o membro Sérgio Cirino. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia submeteu, em separado, os pontos números 2 e 3 da Ordem do Dia, a votação. -----
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD, Ind.), 2 votos contra (BE, CDU) e 19 abstenções (PS, CDS-PP), aprovar as Opções do Plano, PPI – Plano Plurianual de Investimentos, PAM – Plano de Atividades Municipal, e Orçamento para 2014 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Mais deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 18, Ind.), 1 voto contra (BE) e 2 abstenções (CDU, CDS-PP), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2014 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Saiu a deputada municipal Lia Ferreira. -----

4 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal



– Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31 PS: 17, CDS-PP, Ind.) e 2 votos contra (BE, CDU), sob proposta da Câmara, e nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de dezembro de 2013, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:-----

- a. Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; -----
- b. Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

Reentrou o membro Sérgio Cirino. -----

Sairam os membros António Topa e Carla Adriana Pinto. -----

5 – Proposta de designação do fiscal único e do respetivo suplente da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 02 de dezembro de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) pediu a palavra, começando por dizer que, pela documentação que leu, o fiscal que é proposto já é nomeado desde há vários anos a esta parte, questionando há quantos anos é nomeado o mesmo fiscal. -----

Questionou se, ao nomear-se sucessivamente o mesmo fiscal, se isso não coloca em causa, efetivamente, as funções de fiscalização que o mesmo tem. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra para informar que, efetivamente, o fiscal proposto pela Câmara já é o mesmo desde a criação da empresa municipal Feira Viva. Disse julgar esse aspeto como uma vantagem para a própria Feira Viva dado que, desse modo, tem um fiscal único que conhece bem o historial e o funcionamento da mesma. -----

Referiu que, da generalidade das empresas que tem conhecimento, salvo por algum motivo de força maior, mantêm o mesmo fiscal precisamente devido à importância que é conhecer a própria história e funcionamento da empresa. Concluindo, disse ter sido por essa razão que a Câmara propôs à Assembleia designar o mesmo fiscal único. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS: 17, CDS-PP, Ind.) e 2 votos contra (BE, CDU), designar, como fiscal único, “Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, SROC”, sociedade de revisores oficiais de contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 83, representada por Ângelo Manuel de Oliveira Couto, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 590, bem como designar, como fiscal único suplente, Carlos Alves Ribeiro, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem com o n.º 332. -----

Reentraram os membros António Topa e Carla Adriana Pinto. -----

Saíram os membros Armando Teixeira e Valdemar Silva. -----



6 – Regulamento da Zona Industrial de Romariz

- Revogação

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:

“A Câmara Municipal (CM) propõe a esta Assembleia Municipal (AM) a revogação do regulamento da Zona Industrial (ZI) de Romariz porque entende que é muito “restritivo” à venda dos lotes naquela ZI.

Acontece que é preciso que os meios usados para o efeito garantam o alcance dos objetivos enunciados de forma transparente e límpida.

Na verdade analisemos os factos:

O regulamento da ZI de Romariz, foi elaborado em 2008, pela mesma maioria PSD de que fazia parte os mesmos Vereadores que continuaram neste executivo, nomeadamente o atual Presidente da CM;

Consta no regulamento que entre outras, são finalidades do regulamento (aliás tal como das restantes existentes no Concelho):

- a) fomentar a criação de emprego;
- b) promover o desenvolvimento local e regional de forma ordenada e sustentada;
- c) promover medidas de renovação urbana dando cumprimento ao princípio da separação das utilizações incompatíveis entre si;
- d) dinamizar o tecido industrial do Concelho;
- e) regular a oferta do solo industrial.

O regulamento que pretendem revogar estabelece o procedimento de atribuição do direito à aquisição dos lotes, as regras relativas à transmissão e oneração dos mesmos bem como as



consequências resultantes do incumprimento das suas disposições e demais legislação aplicável. Ou seja, a nível legal está correto.-----

O regulamento é objeto de discussão pública e amplamente divulgado para garantir o acesso aos lotes de todos em pé de igualdade, no respeito por princípios que devem orientar toda a ação de quem gere o interesse público e o dinheiro dos contribuintes, nomeadamente o da transparência, da igualdade, da justiça e da boa gestão.-----

Em dezembro de 2013, ou seja, passados 5 anos depois da existência daquele regulamento vem agora os mesmos que os fizeram propor a sua eliminação/revogação porque apenas venderam um lote, e 3 ou 4 meses é tempo demasiado para o alterar, como deveriam. Se de facto é urgente esta alteração, considerando que se mantiveram na CM os principais protagonistas políticos e a estrutura de pessoal não mudou, porque motivo ainda não foi feita? Repito 5 anos sem nada fazer, sem qualquer preocupação em ter uma ZI vazia, é muito tempo e demasiada despreocupação. Não se terão já perdido muitas oportunidades de investimento e emprego por esta inércia de quem sempre deteve as rédeas do poder na CM? -----

Diz o Sr. Presidente em reunião de CM de 16 de dezembro;-----

“A conjuntura económica exige uma particular atenção às áreas que potenciam a criação de emprego, devendo ser disponibilizadas condições apelativas para a instalação das empresas e eliminados os constrangimentos e entraves a essa instalação”... -----

Conclui-se que está o Sr. Presidente a dizer agora que foi a CM PSD que criou estes problemas às empresas... e foi a própria CM uma barreira à criação de emprego! -----

Passando a vender os lotes em hasta pública – como já previsto no regulamento ainda em vigor – após decisão camarária, caso a caso, de acordo com os critérios aí definidos. -----

Ou seja, no lugar de proporem a alteração do regulamento que prevê normas enquadradoras da venda dos lotes, acabam com ele e no seu lugar passa a existir uma decisão camarária casuística e arbitrária.-----

Os mesmos que geriram as ZI de forma incompetente na CM, desde a sua origem, nomeadamente porque não souberam fazer uma gestão das ZI do Concelho que atraísse unidades industriais, mas apenas e muitas vezes servisse para alguns ganharem dinheiro com especulação na venda dos lotes, desvirtuando os objetivos para que foram construídas, são aqueles que agora constatando que apenas venderam um lote desde 2008, pretendem eliminar este estorvo “burocrático” e duma penada revogar o regulamento ficando nada no seu lugar.---



Se quando existia regulamento, a CM sempre PSD, não evitou que os lotes das ZI fossem vendidos a especuladores em prejuízo da finalidade para que foram construídas, com apoio de fundos comunitários e isenções de taxas, como vamos agora evitar tal desiderato? -----

Não, minhas senhoras e meus senhores, não podemos dar o que não nos pertence, mas aos contribuintes, sem regras claras e transparente e com discussão pública que garantam que os objetivos de atração de investimento e criação de emprego sejam alcançados, deve ser essa a contrapartida. -----

Para isso deve ser urgentemente apresentado pela CM projeto de alteração de regulamento da ZI de Romariz, pois estando concordantes com os objetivos, não existindo regras do conhecimento geral, mas apenas do conhecimento da CM e de anúncios que apenas chegam ao conhecimento de alguns, os mesmos não estão acautelados. -----

O GM/PS está disponível para a discussão das alterações que a CM proponha ao regulamento da ZI de Romariz para permitir a venda dos lotes e atingir os objetivos de atração de investimento e emprego, mas não está disponível para passar cheques em branco onde o interesse público não esteja protegido.” -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP), que começou por dizer depreender que a tomada de posição da Câmara assenta em dois pilares, designadamente a pouca adesão a essa zona industrial por parte das empresas de dentro e fora do Concelho, ou de potenciais investidores, bem como o espaço temporal, de 5 anos, que carecia de permanecer para poder alterar ou reformular o seu projeto base, estratificado em 2008. -----

Disse que o CDS-PP considera fundamental agir sobre as zonas industriais do Concelho, salientando que, provavelmente, grande parte delas merecem uma revisão e uma estratégia diferente. -----

Referiu que lhe apraz registar a revogação daquilo que existia previamente, realçando que a futura postura por parte da Câmara deve, apenas e tão-somente, respeitar a equidade entre as propostas e entre os proponentes, para evitar que questões de desigualdade possam, per si, inibir a adesão das próprias empresas. -----

Salientou ser igualmente fundamental que, de uma vez por todas, se defina um plano estratégico que assente numa visão realista do futuro e consentânea com as necessidades em termos de zonas industriais, da sua capacitação e da sua eficiência. Realçou que, para isso,



não é apenas preciso vender os lotes, mas também pensar as vendas para evitar aquilo que acontece em muitas zonas industriais, que são sobredimensionadas e incapazes de receber grandes estruturas empresariais que pretendam, ali, alocar a sua atividade. -----

Concluindo, disse que se o que se pretende é ter uma postura diferente, de captação, por exemplo, de investimento estrangeiro, então urge modificar aquilo que são as zonas industriais existentes no Concelho e fazer um plano verdadeiro e eficaz que as capacite para receber e, acima de tudo, para cativar essas empresas. -----

Interveio o membro *José Carlos Silva*, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que, aludindo à intervenção efetuada pela deputada municipal Margarida Gariso, disse que a criação de emprego não é regulamentada, e que se fosse o regulamento de uma zona industrial a criar emprego e empresas, que isso era ótimo e concordava que se comesse a fazer, desde já, o regulamento. -----

Disse ser verdade que já passou muito tempo desde o ano de 2008, recordando, contudo, que esse ano coincidiu com o início da crise que se atravessa. Frisou que, neste momento, o que se verifica no concelho de Santa Maria da Feira é um excesso de pavilhões e de construções e que, portanto, a flexibilização que está a ser feita é mais do que possível e que, se calhar, peca por ser um pouco tardia. Referiu que essa necessidade de flexibilização foi percebida na Câmara, fazendo sobressair que o assunto foi, na reunião camarária, aprovado por unanimidade. -----

Em relação à questão da transparência, disse não saber o que pode ser mais transparente do que o procedimento da hasta pública. -----

Salientou que o futuro está na facilitação do licenciamento de atividades, frisando que as zonas industriais têm de ser pensadas de uma forma mais aligeirada, que não tem que haver concentração de um género de indústria, embora dizendo que, no caso do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM), essa concentração faz sentido por tratar-se de uma indústria muito específica, com determinadas condicionantes ambientais. -----

Fez sobressair que é preciso haver transparência e dinamismo, é preciso facilitar e flexibilizar, sublinhando ser isso que a Câmara está a querer implementar e que isso é demonstrado nas Opções do Plano para 2014, ao ser um dos grandes aspetos evidenciados. -----

Concluindo a sua intervenção, reafirmou que a feitura de regulamentos não leva à criação de



mais postos de trabalho, mas sim que, no caso em concreto, vai emperrar essa pretensão.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara* que começou por sublinhar as referências à agilidade que a Câmara precisa ter, feitas pelo membro José Carlos.-----

Disse querer dar nota que sentiu haver dois Partidos Socialistas, um na Câmara e outro na Assembleia, recordando que na Câmara os vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente o assunto porque perceberam que é necessário agilidade.-----

Referiu que tinha também a certeza absoluta que a deputada municipal Margarida Gariso não iria concordar, dizendo que quando se lhe retira o regulamento da frente, ela não consegue raciocinar.-----

Frisou que, nos dias de hoje, não se pode estar à espera do regulamento, fazendo sobressair que o mercado atual exige agilidade e que, portanto, a Câmara tem de estar de acordo com o mercado, sublinhando ser isso que a Câmara está a tentar fazer.-----

Sublinhou que as condições da hasta pública vão ser aprovadas na Câmara Municipal, que as condições vão estar afixadas e que, portanto, qualquer pessoa pode licitar, dizendo esperar que haja muitas pessoas a fazê-lo e que tem a certeza que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Romariz ficará felicíssimo no dia em que se vender os lotes.-----

Alertou para o facto de haver, nos concelhos vizinhos, forte concorrência, onde estão a ser vendidos lotes bons a 15 e 20 euros por metro quadrado e que, portanto, caso se esteja à espera 6 meses pelo regulamento, então que, provavelmente, muitos dos interessados em adquirir lotes na zona industrial de Romariz, poderão ir para outro sítio.-----

Concluindo, frisou a necessidade de haver agilidade, e que a forma encontrada pela Câmara foi propor à Assembleia a revogação do regulamento daquela zona industrial.-----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) pediu a palavra para defesa da honra, o que lhe foi concedido. Efetuou a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Sr. Presidente, eu não posso consentir que ataquem as pessoas quando não têm ideias para contrapor. Não posso admitir que possa afirmar que me tirando o regulamento da frente eu não sei funcionar. Eu não sei funcionar é com regras de pouca transparência. Nós propomos que alterem o regulamento. Se foram vocês que fizeram os regulamentos, se foram vocês que, com regulamentos, venderam a especuladores e as zonas industriais estão no estado em que



estão. Preocuparam-se, após cinco anos, com isso. Vir dizer que a culpa é do mensageiro, estão enganados. A culpa aqui é da Câmara que, a este nível, não sabe acautelar o interesse público. -----

Nós não passamos cheques em branco. Vão vender-se lotes a preços muito mais baixos, com esforços comunitários, com o esforço dos contribuintes, com isenção de taxas. Esse dinheiro também é meu e de todos os que aqui estamos. Têm que prestar contas ao povo. Façam-no de forma transparente, e não só a quem vos entra pelo gabinete a dentro, e sabe-se lá o que negociam. -----

E quanto à posição do Partido Socialista, de ter uma posição aqui e outra acolá, o Partido Socialista é um partido plural, sempre foi, e sempre respeitou. E em coerência com aquilo que nós pensamos, e sempre defendemos, não vamos consentir que os lotes das zonas industriais sejam vendidos a patacas, sem garantias nenhuma de contrapartidas para os cidadãos, como não garantiram até ao presente.” – Fim de citação. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar nota que o Executivo da Câmara, e ele como Presidente do mesmo, é totalmente transparente e que apenas tem um objetivo, que é defender o Concelho de Santa Maria da Feira, com unhas e dentes, e indo à guerra quando é preciso ir à guerra. -----

Quanto a se ter passado cinco anos desde que, em 2008, foi aprovado o regulamento da zona industrial de Romariz, disse achar que, já tendo em conta as circunstâncias dessa altura, o regulamento continha cláusulas muito restritivas, recordando que 2008 foi o ano em que começou a grande crise que também afeta, hoje, Portugal. -----

Salientou que a deputada municipal Margarida Gariso foi, nos últimos quatro anos, vereadora na Câmara e nunca propôs uma alteração a esse regulamento, acrescentando que aquela deputada municipal está, agora, com receio de deixar de ter o trunfo de dizer que a zona industrial de Romariz está abandonada, que está com receio que, com tal medida, a Câmara consiga captar empresas para aquela zona industrial. -----

Frisou que a Câmara não está a tirar nada aos contribuintes, antes pelo contrário, realçando que cada vez que se conseguir que uma empresa se instale na zona industrial, está a ser criado emprego e a ser poupado muito dinheiro aos contribuintes. -----

Referiu que a deputada municipal Margarida Gariso não percebeu as discussões do



Orçamento de Estado e a preocupação tida com a criação de emprego, fazendo sobressair que essa preocupação, com a criação de emprego, é também uma preocupação social, pois com cada indústria que se instale na Zona Industrial de Romariz está-se a resolver muitos problemas e a poupar dinheiro aos contribuintes. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, Ind.), 18 votos contra (PS: 16, BE, CDU) e 1 abstenção (PS – Eduardo Rocha), revogar o Regulamento da Zona Industrial de Romariz aprovado na sessão de 29 de dezembro de 2008. -

Saiu o membro José Carlos Silva. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia*, aludindo ao artigo 12.º do Regimento, e uma vez decorridas, sensivelmente, as 4 horas desde o início da sessão, referiu ser preciso haver uma deliberação expressa da Assembleia para que fosse possível prosseguir os trabalhos. -----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD: 29, PS: 16, CDS-PP, Ind.), 2 votos contra (BE, CDU) e 1 abstenção (PS – António Santos), aprovar a continuidade dos trabalhos desta sessão. -----

Assim sendo, o Sr. Presidente da Assembleia prosseguiu com os trabalhos, passando a introduzir o ponto n.º 7 da Ordem do Dia. -----

Reentraram os membros Armando Teixeira, Valdemar Silva e José Carlos Silva. -----

Saiu o membro Manuel Almeida. -----

7 – Proposta de apoio à Junta de Freguesia de Fiães -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 enviada, oportunamente, a todos os



membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Pereira* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PS vem-se pronunciar quanto ao pedido de apoio solicitado pela Junta de Freguesia de Fiães: -----

Considerando os benefícios inerentes da consolidação da permuta dos edifícios em causa, com visíveis vantagens para os cidadãos fianenses, com o prosseguimento do Infantário e a criação de creche no edifício a ficar na posse da junta, o Grupo Municipal do PS não contrapõe objeção à atribuição deste apoio, em ordem à regularização dos pagamentos devidos pela Junta de Fiães ao Instituto de Segurança Social, IP. -----

Porém, vem este Grupo Municipal tecer as seguintes apreciações, por dúvidas existentes e algumas incongruências constatadas no transcorrer de todo este processo: -----

- Mostram os fatos que no contrato de permuta, a Junta de Freguesia de Fiães assume os trabalhos de adaptação e beneficiação ao edifício a pertencer ao Instituto de Segurança Social, no valor de € 81.000, tendo então, conhecimento da despesa a realizar, sendo que através da assinatura do contrato de permuta, o primeiro outorgante assume a realização desta despesa; --

- A lei em vigor à data dos fatos estabelece que “Nenhuma despesa pode ser autorizada ou paga sem que a despesa em causa disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento na correspondente dotação, esteja adequadamente classificada ...”. E, a cabimentação da despesa é o pressuposto da realização de qualquer despesa pública, sendo essa exigência tributária de princípios clássicos e basilares do direito financeiro, como sejam o da legalidade, o do equilíbrio orçamental, o da especificação das despesas, o da anualidade e o do controlo da despesa; -----

- Assoma-se no entanto, uma “promessa” de Câmara de Santa Maria da Feira da atribuição de um subsídio de forma a estribar o compromisso assumido. -----

Questiona-se se este compromisso de apoio foi deliberado em reunião de Câmara, na devida altura, e se foi estabelecida data para a sua atribuição? -----

Quanto a este suposto compromisso de apoio da Câmara de Santa Maria da Feira, não se deslumbra a sua redução a forma escrita, pressupondo-se, que a existir, o mesmo não tenha sido devidamente formalizado, nessa data. -----



Caso não tivesse havido a deliberação camarária de atribuição de subsídio, à data da assinatura da permuta, não estariam cumpridos os princípios legalmente exigíveis para a realização deste contrato, não se verificando a correspondente dotação orçamental e respetivo cabimento.-----

Daqui se pode concluir, que a Junta de Freguesia de Fiães não poderia ter assumido um encargo sem ter no seu orçamento verba para fazer face às despesas então assumidas, colocando em causa a realização da despesa ou o seu pagamento, como se veio a verificar. ----

Paralelamente, questiona-se a forma e validade do suposto compromisso assumido pela Câmara. Pois, a “promessa” deste apoio, necessita de uma deliberação prévia de autorização, após a devida cabimentação da despesa, assumindo e registando o seu compromisso, assente num princípio de transparência orçamental, para além dos princípios já evocados, de forma a garantir a real capacidade de efetuar o respetivo pagamento. -----

Pelo que, em face das dúvidas acima expendidas o Grupo Municipal do PS se abstém nesta votação.-----

Acreditando que no futuro todos os procedimentos venham a assentar numa base de rigor e transparência orçamental, o que foi tão amplamente propagado aqui hoje.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o Bloco de Esquerda nada tem a opor à proposta que é presente à Assembleia, considerando ser uma permuta que resulta num melhor equipamento para a Câmara Municipal, para a Segurança Social, para a Junta de Freguesia, e concretamente para a população de Fiães. -----

Ressaltou que, no caso em concreto, há um apoio de 35 mil euros da Câmara à Junta de Freguesia de Fiães e que isso o leva a questionar se, em situações semelhantes, com outras freguesias, a Câmara mantém a mesma disponibilidade, para proceder da mesma forma.-----

Concluindo, disse que o Bloco de Esquerda acha bem que haja tal tipo de procedimento quando as Juntas de Freguesia necessitam, atendendo até aos orçamentos exíguos que as mesmas têm, e que é da opinião que a Câmara deve ter o mesmo comportamento para com todas as Juntas de Freguesia. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, começando pela questão colocada pelo membro *Moisés Ferreira*, esclareceu que a Câmara está sempre disponível para analisar



qualquer pedido feito pelas Juntas de Freguesia e que, feita essa análise, por vezes apoia, outras vezes não. -----

Referiu que a Câmara terá sempre uma postura idêntica, que analisará todo o tipo de propostas similares, mas que tem dúvidas que surja uma situação idêntica à que surgiu no caso de Fiães. -----

Relativamente ao fundamento apresentado pela deputada municipal Carla Pereira, para sustentar a abstenção do grupo municipal do PS, questionou se aquela deputada foi confirmar se a verba estava, ou não, inscrita no orçamento da Junta de Freguesia de Fiães do ano em questão. Disse que, pelas afirmações perentórias daquela deputada municipal, deduz que a mesma tivesse confirmado essa situação e que, se não o fez, considerava algo abusivas tais afirmações. -----

Referiu não saber se a verba estava, ou não, inscrita no orçamento da Junta de Freguesia, porque não verificou essa questão, mas que também percebe que a preocupação essencial das Juntas de Freguesia é resolver os problemas das suas freguesias. -----

Concluindo, frisou que se a verba estava inscrita no orçamento, então que o requisito legal foi cumprido e que, nesse caso, o fundamento usado pela deputada municipal Carla Pereira está errado. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 31, BE, CDU, CDS-PP, Ind., PS: 1) e 16 abstenções (PS), aprovar um apoio no montante de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros) a conceder à Junta de Freguesia de Fiães, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de dezembro de 2013. -----

Reentrou o membro Manuel Almeida. -----

8 – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de novembro de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta porque entende importante o apoio aos alunos carenciados, para prosseguirem os seus estudos, mas que, contudo, tinha uma ressalva a fazer relativa ao n.º 3 do art.º 2.º do projeto de alteração ao Regulamento, onde se expressa, de forma clara, que as bolsas são pagas quando existirem condições financeiras para tal. -----
Referiu considerar esse aspeto completamente inaceitável porque, desse modo, está-se a subverter a função da bolsa, salientando que a mesma serve para ajudar um indivíduo a prosseguir os seus estudos e que, se elas são atribuídas em momento completamente inoportuno, ou se o indivíduo não sabe quando lhe será atribuída, então que a bolsa deixa de surtir o efeito para a qual foi criada. -----

Frisou que, por outro lado, e uma vez que se diz estar numa nova era de governação da Câmara Municipal, seria bom a Câmara seguir as boas práticas, ressaltando que, neste caso, a boa prática seria pagar, no máximo, a 60 dias após a atribuição da bolsa. Referiu que, desse modo, evitava-se aquela que, em 2010, já era prática comum, recordando que já nessa altura se falava do atraso do pagamento das bolsas por parte da Câmara. Destacou, portanto, que conseguia perceber a sinceridade do Sr. Presidente da Câmara, mas que não a podia valorizar. Referiu, ainda, que uma vez que o projeto de alteração ao regulamento vai ser submetido a discussão pública, então que o grupo municipal do PS apresentará, nesse período, uma proposta de alteração no sentido de que seja definido um prazo de, no máximo, 60 dias, para o pagamento das bolsas. -----

Concluiu questionando, também, o porquê de não se deixar ao critério dos estudantes a possibilidade de receber as bolsas em duodécimos, e não num único pagamento. -----

Usou da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer concordar com a maioria do projeto de regulamento mas que considera haver um ou outro aspeto que deviam ser limados, nomeadamente a questão da bolsa ser paga num único pagamento. Nesse âmbito, questionou qual o valor médio das bolsas atribuídas pela Câmara e se não seria mais



conveniente, para os estudantes, que as bolsas fossem pagas de modo repartido, durante os meses escolares. -----

Referiu que mesmo no caso de se manter o pagamento numa única prestação, considera que, principalmente no caso dos estudantes do ensino superior, seria mais lógico que o pagamento fosse efetuado no início do ano letivo. Ressaltou que, geralmente, esses estudantes só recebem a bolsa em janeiro ou fevereiro do ano seguinte quando as aulas, entretanto, já começaram em setembro ou outubro, e que seria importante eliminar esse lapso temporal, em que os bolseiros se encontram sem qualquer apoio. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP concorda com o proposto mas que, no entanto, considera relevante valorizar a questão da meritocracia e que, como tal, é do entendimento que esse aspeto deveria ser relevante nos critérios de seleção. -----

Salientou que, segundo o projeto de regulamento, e em caso de igualdade, o critério será sempre a melhor média do ano anterior e, mantendo-se a igualdade, a melhor média de classificação dos últimos três anos. Disse saber que, muitas vezes, tais verbas são complicadas de gerir em termos orçamentais e que, assim sendo, sublinhava a importância de valorizar a meritocracia, quantificando-a, para poder servir de critério de seleção no caso de haver um excedente de candidaturas apresentadas. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara* que começou por dar nota que a verba que a Câmara atribui aos bolseiros do ensino superior é de 1350 euros por ano e, para o ensino secundário, de 450 euros. -----

Informou que, normalmente, o que acontece é que a Câmara tem de aguardar pelos resultados das bolsas atribuídas pelo Estado central, explicando que, no caso de o aluno ser contemplado com uma bolsa estatal, a Câmara complementarizará com o valor restante de modo a perfazer os 1350 euros. -----

Referiu que os resultados das bolsas do Estado costumam sair muito tarde e que, portanto, o tempo de espera para o pagamento das bolsas, por parte da Câmara, é mais resultante dessa demora do Estado central do que propriamente da Câmara. -----

Quanto à questão colocada pelo membro *Válter Amorim*, referiu que os critérios de seleção



estão definidos no projeto de regulamento, que existem dois critérios definidos para o caso de haver igualdade, realçando que, com o primeiro critério definido, já é quase impossível verificar-se nova igualdade de modo a ser preciso usar o segundo critério.-----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD: 31 PS: 18 BE, CDS-PP, Ind.) e 1 abstenção (CDU), aprovar, para ser submetido a apreciação pública, o projeto de regulamento de atribuição de bolsas de estudo – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Sairam os membros Carla Marisa Pereira, Daniel Gomes e Eduardo Pereira da Rocha.-----

9 – Estudo, conservação e restauro do espólio arqueológico do Castelo da Feira-----

- **Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual**-----

10 – Procedimento “Consultoria para melhoria dos processos de gestão”-----

- **Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual**-----

11 – Procedimento “Técnico responsável pela exploração de postos de transformação e instalações elétricas”-----

- **Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que os submeteria a discussão conjunta dado, todos eles, se referirem à autorização para a assunção de compromissos plurianuais e que, naturalmente, os submeteria, separadamente, a votação. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, a que se referem as deliberações camarárias de 18 de novembro de 2013 e 02 de dezembro de 2013 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para, aludindo ao ponto 9.º, questionar a Câmara



quanto a qual o papel da Comissão de Vigilância do Castelo nesse tipo de restauros, e se a mesma beneficia de alguma participação financeira para o efeito. -----

Quanto ao ponto 10.º disse que, naturalmente, o Bloco de Esquerda acredita que deve haver uma melhoria dos processos administrativos e dos processos formativos dos trabalhadores. ----

Salientou, contudo, que na informação da Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, transcrita na deliberação da Câmara de 02 de dezembro de 2013, a mesma diz que o referido projeto visa implementar uma gestão orientada por objetivos e, mais à frente, diz ainda que o mesmo terá incidência na otimização de processos e aumento da eficiência, maximizando e libertando recursos, reorganizando estruturas e cumprindo com as novas disposições legais aplicáveis.-----

Nesse âmbito, referiu que ao saber-se que os últimos Orçamentos de Estado, bem como o que vai entrar em vigor em 2014, obriga a uma redução de pessoal nas autarquias, e ao ter ouvido que a Câmara tem a intenção de utilizar os contratos emprego-inserção (CEI+) de forma a colocar pessoas desempregadas a desempenhar funções que devem ser de funcionários municipais, então que o Bloco de Esquerda teme que a autorização prévia que a Assembleia Municipal irá conceder possa servir como base para legitimar reduções e despedimentos na autarquia, a curto e a médio prazo. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, começando pela questão sobre o estudo, conservação e restauro do espólio arqueológico do Castelo da Feira, esclareceu que tal resulta do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Comissão de Vigilância do Castelo, numa candidatura que foi apresentada para obter financiamento do QREN. Frisou que a Comissão de Vigilância não nada em dinheiro e que o estudo, inventariação e conservação do espólio caberá à Câmara, através do Museu Convento dos Lóios. -----

Sobre a questão relacionada com a consultoria para melhoria dos processos de gestão, sublinhou que a Câmara Municipal não vai despedir ninguém, nem tem intenções de proceder a despedimentos. -----

Referiu que à Câmara é imposta, pelo Orçamento de Estado, uma redução de 2% ao ano dos seus trabalhadores, explicando que essa redução tem sido feita através da aposentação voluntária dos trabalhadores que, reunindo os requisitos, têm procurado a aposentação, frisando que a redução do pessoal da Câmara deve-se, única e exclusivamente, às pessoas que



se têm aposentado. -----
Concluindo, disse não prever que a Câmara tenha necessidade de mais recursos humanos, embora salientando reconhecer que, com tais aposentações, pode haver necessidade de reequilibrar um ou outro setor que seja mais atingido, sublinhando que tais situações serão resolvidas caso a caso.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia informou que não participaria da votação do ponto n.º 9 uma vez ser membro do Conselho Geral da Comissão de Vigilância do Castelo. Feita essa nota, passou a submeter os assuntos, separadamente, a votação.-----

9 – Estudo, conservação e restauro do espólio arqueológico do Castelo da Feira-----

- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, com 49 votos dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção de compromisso plurianual para 2014, inerente ao procedimento em epígrafe, no valor de 36.200,00 € + IVA.-----

10 – Procedimento “Consultoria para melhoria dos processos de gestão”-----

- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 31 PS: 15, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 voto contra (BE), autorizar a assunção de compromisso plurianual para 2014, inerente ao procedimento em epígrafe, no valor de 16.436,21 € + IVA.-----

11 – Procedimento “Técnico responsável pela exploração de postos de transformação e instalações elétricas”-----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:-----

. Ano 2014 – 6.000,00 € + IVA;-----



. Ano 2015 – 6.000,00 € + IVA; -----
. Ano 2016 – 6.000,00 € + IVA. -----

Reentraram os membros Carla Marisa Pereira e Daniel Gomes. -----
Saiu o membro Rui Guedes Ribeiro. -----

12 – Conselho Municipal de Educação-----

- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento da proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de novembro de 2013, enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Foram presentes à Mesa duas listas, que ficaram assim designadas:-----

- Lista A (PSD): Presidente da Junta de Freguesia de Romariz: Manuel Jacinto da Conceição Moreira,-----

- Lista B (PS): Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros: Ana Cristina Pires de Oliveira. -----

Submetida a votação, por escrutínio secreto, as listas apresentadas, constatou-se o seguinte resultado:-----

- Lista A: 32 votos,-----

- Lista B: 17 votos,-----

- Votos em branco: 2.-----

Por conseguinte, foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Romariz: Manuel Jacinto da Conceição Moreira, para representar as Juntas de Freguesia do Concelho no Conselho Municipal de Educação.-----

Reentrou o membro Eduardo Pereira da Rocha.-----

13 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de



**Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira -----
- Tarifário para o ano de 2014 (para conhecimento) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, chamando a atenção de que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS), que começou por dizer que os pedidos de esclarecimento que tinha a fazer eram, também, constatações. Referiu conhecer a fórmula aplicada nas atualizações, que a conhece há cerca de oito anos, e que considera que lhe falta uma característica, que é a decisão política. Referiu parecer-lhe que esse poder, que pertence à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, também foi concessionado, e que a Câmara e a Assembleia se limitam a verificar se as contas estão certas, desempenhando um papel de meros contabilísticos.-----

Nessa medida, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que o esclarecesse onde está, na atualização ao tarifário, a parte política e a parte de ajuda à população, que podia ser introduzida. -----
Concluindo, disse não poder deixar de salientar que também não concorda que, tendo em conta os tempos que correm, se mantenham as atualizações para as tarifas fixas, frisando que tais não se justificam.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE), que aludiu a um artigo publicado no Diário de Notícias, dizendo que o mesmo incidia somente sobre o preço da água, não contabilizando taxas como as da recolha de resíduos sólidos urbanos e a taxa de disponibilidade, e que colocava o Município de Santa Maria da Feira no top 10 dos que tem a água mais cara.-----
Disse que a verdade é que o tarifário para o ano de 2014 não vai retirar Santa Maria da Feira dos municípios com água mais cara e que, apesar da ligeira redução dos preços em relação a 2013, é provável, como afirmou o Sr. Presidente da Câmara, que durante o ano de 2014 haja outra atualização tarifária, encarecendo os preços.-----



Referiu considerar altos os preços pagos nos diversos escalões do tarifário, salientando que, segundo o artigo que mencionou, Espinho é o município com água mais cara, e que os preços praticados em Santa Maria da Feira são muito parecidos aos praticados em Espinho. -----
Salientou que, além disso, no concelho de Santa Maria da Feira insiste-se em coisas que não fazem sentido, nomeadamente a cobrança da taxa de utilização do contador, que era o antigo aluguer do contador. Referiu que a cobrança de aluguer de contadores foi extinta porque foi considerada ilegal mas que, no entanto, foi-lhe dada uma maquilhagem e uma roupagem, chamaram-lhe um outro nome, fazendo com que aquilo que era ilegal passasse a ser legal. -----
Concluindo a sua intervenção sublinhou que, mais do que um caso de legalidade ou ilegalidade, considera tratar-se de um caso de decência, dizendo não poder acontecer que as pessoas que já pagam imenso pela água, ainda tenham de pagar mais seis euros de aluguer de contador. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, tal como tem sido exposto, publicamente, pelo CDS-PP, considera vital que, de uma vez por todas, se defina a questão da cobrança da ligação às redes de água e de saneamento, referindo que os preços praticados coíbe as pessoas de procederem a ligação à rede e, desse modo, coíbe diretamente sobre as condições de vida, salubridade, saúde e bem-estar dessas pessoas. Reafirmou ser vital reequacionar essa situação, ressaltando que, segundo constata nos documentos, existem negociações a decorrer precisamente para aquilatar essa situação, salientando ser urgente saber qual a previsão para que haja uma definição cabal dessa questão. -----
Deu nota que o CDS-PP está aberto a que possa haver alguma cobrança, mas que haja uma diminuição do valor, fazendo sobressair que é preciso haver equidade no acesso até porque está definido internacionalmente que a água é um bem vital para a vida e, assim sendo, o CDS-PP não pode continuar a pactuar com uma postura de impedir o livre acesso, de todos, a esse bem. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra apenas para sublinhar que a presente atualização do tarifário resulta do constante no contrato celebrado com a concessionária, e nada mais do que isso. -----



Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Tarifário de Água e Saneamento para 2014 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de dezembro de 2013.-----

14 – Renegociação do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 15.º do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 15.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Sérgio Cirino, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 16.817, em 10 de dezembro de 2013, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à proposta que o membro Sérgio Cirino fez chegar à Mesa (por e-mail, em 17/12/2013) no âmbito do assunto, e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal, passando em seguida a palavra ao membro Sérgio Cirino para apresentar essa proposta.-----

Usou da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS) que apresentou a proposta em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Considerando que:-----

- Da verificação das quantidades mínimas de consumo de água por família para adequação com os limites do 1.º Escalão de tarifário – Em Santa Maria da Feira um agregado familiar, muitas vezes ultrapassa o 1.º escalão de tarifário (5 m³);-----
- Devem aferir-se se os encargos estão de acordo com a capacidade dos utentes pagar;-----
- Devem ser suspensas as atualizações das tarifas fixas da fatura de água e saneamento;-----
- Deve haver equidade na tarifação:-----

a) Equidade entre os tipos de consumidores → devendo ser possibilitado às classes com mais baixos rendimentos a aquisição de água potável para satisfazer as suas necessidades básicas a



um preço que não estrangule o seu orçamento familiar – pois insere-se no quadro dos direitos humanos o acesso à água por parte de todas as pessoas; -----

b) Os consumidores que consumam mais água devem, a partir de um determinado valor de consumo pagar tarifas mais altas;-----

c) A OCDE considera que são dois os aspetos fundamentais: a satisfação das necessidades básicas e a associação entre as despesas da água e o rendimento disponível das pessoas;-----

- Deve ser estabelecido um tarifário que tenha na base da sua formulação e fixação do preço os seguintes objetivos:-----

1. Garantia do acesso ao serviço de abastecimento de água de todas as pessoas – Universalidade no acesso; -----

2. Sustentabilidade económica do sistema de abastecimento;-----

3. A água e o saneamento entraram recentemente no catálogo de direitos humanos das Nações Unidas, por isso o lucro de entidades privadas nunca poderá estar à frente do direito ao acesso pelos cidadãos a estes direitos;-----

- O abastecimento de água no Concelho tem um único operador, estamos assim em presença de um monopólio local no abastecimento de água, o que não permite de forma nenhuma a existência de uma formação de preços através da concorrência;-----

- Que as entidades públicas – câmara municipal/assembleia municipal – têm que acautelar o interesse público na formação dos preços/tarifário, especialmente neste caso quando existe um concessionário; -----

- Deve ser implementado um tarifário para famílias numerosas; -----

- Deve ser implementado um tarifário social;-----

- Temos um tarifário que observa as regras do mercado privado, sem concorrência, da água e do saneamento e que visa apenas a obtenção do lucro por parte da concessionária, temos uma rentabilidade exagerada da concessionária em prejuízo dos feirenses;-----

Tendo em consideração os considerandos supra-expostos e os constrangimentos e custos que os feirenses têm que superar com vista ao acesso do abastecimento de água e ao saneamento básico, o Grupo Municipal do Partido Socialista (GM/PS), no uso das competências previstas nas alíneas a) e k), do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe que sejam aprovadas as seguintes recomendações à Câmara Municipal no âmbito do Contrato da Concessão e Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de



- Água e Saneamento no Município:-----
- Estabelecer que o 1.º Escalão do tarifário será até aos 8 m³;-----
 - Implementação de Tarifário para famílias numerosas;-----
 - Implementação de Tarifário para famílias carenciadas, com isenção de pagamento dos primeiros três metros cúbicos mensais;-----
 - Eliminação do pagamento dos ramais de água e saneamento;-----
 - Redução da Taxa Interna de Rentabilidade da Concessionária pelo menos até ao valor que permita suportar os custos das propostas acima indicadas, sem que essa redução se possa traduzir em qualquer diminuição da qualidade do serviço, nem pode haver aumentos de preços.-----

Esta proposta tem como objetivo garantir a todos os feirenses o acesso ao direito à água e ao saneamento básico.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por recordar que o BE teve a oportunidade de, na sessão de 25 de fevereiro de 2013 da Assembleia, apresentar uma moção pela aplicação de um tarifário social da água no Concelho. Lembrou que essa moção apontava sensivelmente as mesmas preocupações que agora são manifestadas pela proposta em discussão, bem como alguns caminhos parecidos, na convicção de que a solução para garantir que a água, sendo um bem público e universal, se torne acessível a todas as pessoas em Santa Maria da Feira, passa por baixar as tarifas.-----

Referiu que a água, no Concelho, é cara, e que o BE entende ser necessário garantir uma maior progressividade do próprio tarifário, no qual as pessoas que consomem menos vejam reduzidas as suas tarifas, e as pessoas que consomem mais as vejam aumentadas.-----

Frisou ser igualmente necessário garantir o tarifário social, garantindo a gratuitidade da água mínima necessária para a vida do dia-a-dia, bem como que ninguém fica privado de água pela simples razão de não ter, no final do mês, 20 ou 30 euros para a pagar.-----

Disse ser preciso garantir o fim das taxas de utilização, da cobrança dos ramais de ligação e de uma série de subterfúgios que servem, unicamente, para a Indaqua Feira fazer lucro com aquilo que é um bem público e que é de todos.-----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, no ponto anterior, elucidou bem qual é o problema quando, em relação à questão sobre a possibilidade de uma atualização do tarifário durante o



ano de 2014, respondeu que as atualizações decorrem do contrato. Nesse âmbito, sublinhou que o problema da água e da forma como é explorada e como a população é espoliada para ter a água, é, efetivamente, o contrato feito com a Indaqua Feira. -----

Concluindo, disse que o Bloco de Esquerda não defende que o contrato seja reformado mas sim, pura e simplesmente, revogado, pois é do entendimento que o serviço da água deve voltar a ser municipalizado no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por referir que a proposta em discussão está na daquilo que a CDU propôs no período de campanha eleitoral das últimas eleições autárquicas, ressaltando, no entanto, que a CDU propõe uma renegociação mais profunda pois entende ser necessária e urgente, na intenção de avançar com a desprivatização da água. -----

Salientou que casos ocorridos por toda a Europa, principalmente na Alemanha e na cidade de Londres, provaram que a privatização da água foi prejudicial para as populações, para os municípios e, evidentemente, para os países, realçando o caso alemão para destacar que, perante essa constatação, inverteram o processo da privatização da água, tornando-a verdadeiramente pública e nacionalizada. -----

Disse haver documentários que mostram essa evidência, aludindo a um que contrapõe o caso alemão com o que se passa no Norte de Portugal, e que mostra como os portugueses, neste caso, andam ao contrário da maioria europeia. -----

Concluindo, reafirmou que a CDU entende que um bem essencial, como a água, não deve estar refém de uma empresa privada e, como tal, vota favoravelmente a proposta do PS. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por salientar que, como já teve oportunidade de destacar, o CDS-PP considera que a água e o saneamento são vitais para a essência humana, para as condições de salubridade das pessoas, principalmente nas sociedades modernas. -----

Sublinhou concordar com muitos dos pressupostos apresentados na proposta feita pelo membro Sérgio Cirino porque trespasam algumas das medidas elencadas pelo CDS-PP na campanha eleitoral para as últimas eleições autárquicas e que, como tal, votaria a proposta favoravelmente. -----



Frisou ser relevante ter uma postura pró-ativa em relação a este assunto, que é urgente e obrigatório renegociar o contrato com a concessionária, ressaltando que essa questão não pode ser menosprezada ou, eventualmente, algo que se tenha medo de fazer. -----

Aludiu aos exemplos das parcerias público-privadas e das swaps para dizer que o Governo de coligação PSD/CDS-PP utilizou a defesa do interesse público como um argumento perfeitamente válido e coerente para defender os interesses dos portugueses, ressaltando que, no caso da concessão, a Câmara pode usar esse mesmo argumento para renegociar o contrato. Concluindo, frisou que os interesses dos feirenses se sobrepõem, claramente, a qualquer tipo de negócio que seja considerado como tal e que beneficie, única e exclusivamente, uma entidade que, neste caso, é privada. -----

Interveio o membro *Domingues Pereira* (PSD) que iniciou a sua intervenção por sublinhar que todos concordam que a água é um bem essencial, e que foi por entender precisamente isso que o Município considerou que fazer a concessão era a única forma de levar a água a casa de todas as pessoas. -----

Referiu que fazer-se a discussão inicial da concessão, por força do tarifário, é a destempo porque o Município já aprovou a concessão, porque a concessionária fez um investimento de 100 milhões de euros e levou a água a casa das pessoas, projetando o retorno desse investimento, inicialmente, para 35 anos e, depois, para 50 anos. -----

Frisou que quem concessionou e quem fixou as regras foi o Município, que houve um concurso do qual saiu um vencedor e que, portanto, não concorda que o Município venha, agora, alterar as regras de um jogo que foi ele próprio a definir. Referiu haver um princípio de direito, que é o “pacta sunt servanda”, que diz que os contratos são para se cumprir, salientando ser entendimento do PSD que o Município deve honrar os contratos que assume. --

Disse que a proposta do membro Sérgio Cirino menciona que um dos objetivos é o de haver a garantia do acesso ao serviço de abastecimento de água a todas as pessoas, ou seja, universalidade no acesso, salientando, quanto a essa questão, que a mesma está garantida uma vez que, com a concessão, a água é distribuída a todas as pessoas. -----

Em relação à questão da sustentabilidade económica do sistema de abastecimento, que é apontada na proposta, destacou que a importância dessa sustentabilidade económica prende-se, precisamente, por a água ser um bem vital e essencial e, então, ter que haver a



garantia de que o distribuidor está em condições de fornecer e de levar esse bem essencial a casa das pessoas. -----

Nesse âmbito, salientou que reduzir os preços precisamente onde as receitas são maiores, devido à universalidade, como a proposta propõe, não garante a sustentabilidade do projeto nem garante a sustentabilidade do abastecimento da água a casa das pessoas e, como tal, não é servir o interesse público. Disse ser óbvio que o contrato da concessão foi celebrado numa conjuntura económica diferente da atual, e que isso não pode ser esquecido, mas que as regras fixadas no contrato têm que ser cumpridas. -----

Sublinhou, ainda, não haver nenhuma renegociação em curso, mas sim o reequilíbrio económico-financeiro previsto na cláusula 97.ª do contrato, ressaltando ser o próprio contrato a estabelecer as regras desse reequilíbrio, precisamente para se conseguir levar a água a casa das pessoas, frisando ser esse o fim último do contrato. Referiu ser óbvio que, para que se leve a água às casas das pessoas, garantindo a qualidade da mesma, é preciso que a concessionária tenha uma atividade lucrativa. -----

Comentou que a discussão tida no País, em torno da questão da água, está enviesada porque uns municípios não pagam a água por entenderem ser política social, e devem milhões de euros de água, mas que como a Indaqua Feira paga a água à Águas do Douro e Paiva, S.A., então, para sobreviver, tem que a cobrar aos seus clientes. -----

Referiu que, além disso, são feitas comparações absurdas, comparando-se o preço da água praticado no município de Santa Maria da Feira com o praticado nos municípios que pagam a água “em alta”, salientando que isso faz parecer existir divergências que parecerão injustas e de má gestão, quando não o é, ressaltando ser por isso que se está a tentar uniformizar o preço da água em Portugal. -----

Sublinhou que o alterar o preço do primeiro escalão, o implementar um tarifário para famílias numerosas, o implementar um tarifário para famílias carenciadas, o eliminar a cobrança dos ramais, são medidas que perspetivam o lucro, realçando que, neste momento, a Indaqua Feira não tem lucro, que porventura até terá prejuízo. Recordou que o lucro da concessionária está projetado para 50 anos, e que não se sabe se as pessoas vão, ou não, aderir conforme está previsto, ao que o membro *Sérgio Cirino*, a partir do seu lugar, comentou que para a Indaqua Feira é igual se as pessoas aderem ou não. -----

O membro *Domingues Pereira* prosseguiu dizendo que essa era a opinião do Sérgio Cirino,



fazendo sobressair que, para a Indaqua Feira, certamente não é igual vender 10 milhões de litros de água ou vender 1 milhão de litros de água, e que até gostava que o membro Sérgio Cirino lhe demonstrasse como é que seria igual. -----

Referiu não compreender isso, mas que compreenderia a discussão de questões relacionadas com o reequilíbrio financeiro do contrato, como a existência de recomendações do regulador no sentido da eliminação da cobrança dos ramais, como a implementação do fundo social que está previsto, ou a afetação de verbas para esse fundo para, dessa forma, ajudar a que algumas famílias carenciadas do Concelho possam, também, ter água. -----

Concluindo, disse que teria sido bom se na proposta feita pelo membro Sérgio Cirino constasse as devidas quantificações dos custos das medidas apresentadas, para que, desse modo, se pudesse analisar se tais medidas põem em causa o abastecimento de água aos feirenses.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por realçar que, como dito pelo membro Domingues Pereira, não está em curso nenhuma renegociação do contrato da concessão, mas sim o processo do reequilíbrio financeiro previsto contratualmente. -----

Frisou haver um contrato que vincula ambas as partes, comentando que ainda bem que há um Partido Socialista que entende que se deve cumprir o contrato, e outro que acha o contrário. ---
Salientou estar em causa o cumprimento das alterações legais que o Decreto-Lei n.º 194/2009 introduziu, bem como as recomendações da entidade reguladora, a ERSAR, quanto ao fim das taxas dos ramais, quanto ao tarifário social e às taxas iniciais do contrato, dizendo que a Câmara entende que tais recomendações devem ser cumpridas e que é esse processo, o do reequilíbrio financeiro, que está em curso e no qual a Câmara está a ser devidamente assessorada. -----

Sobre a questão de haver um único operador no Concelho e, portanto, tratar-se de um monopólio, destacou ser assim em todo o Mundo e que isso reflete, exatamente, os grandes investimentos que são necessários fazer para levar a água a casa das pessoas e para fazer o tratamento dos esgotos.-----

Concluindo a sua intervenção, disse querer clarificar que, em momento algum, disse que a gestão pública era melhor, ou pior, que a gestão privada, mas que o que diz é que esses dois tipos de gestão são diferentes.-----



O membro *Sérgio Cirino* (PS) pediu novamente a palavra para esclarecer algumas questões, o que lhe foi concedido. Referiu que, tal como o membro Moisés Ferreira, também, por princípio, é contra a concessão mas que, sendo uma pessoa pragmática, quando o vento está contra ajusta as velas para que, desse modo, possa continuar a navegar. -----

Disse ser do entendimento que é melhor reduzir do que, pura e simplesmente, baixar os braços, salientando ser isso que, às vezes, lhe parece que a Câmara faz e não quer deixar que isso aconteça. -----

Em relação à intervenção do membro Domingues Pereira, mencionou que a “pacta sunt servanda” é, realmente, um princípio de direito que diz que os contratos são para cumprir, mas que o Código Civil também não permite a celebração de pactos leoninos, ou seja, um contrato que dá sempre lucro só para uma das partes. Sublinhou que um negócio envolve riscos mas que, no caso da concessão, a Indagua Feira não corre riscos devido à mencionada cláusula 97.^a do contrato da concessão, ressaltando que essa empresa ganha sempre o mesmo, ou seja, que tem os 350 milhões de euros garantidos. -----

Salientou que quando os feirenses foram informados do investimento de 100 milhões de euros para fazer as redes de abastecimento de água e de saneamento, deveria ter sido colocado um placar ao lado a informar que a Indagua Feira ganharia, com isso, 350 milhões de euros, para que os feirenses ficassem melhor esclarecidos. -----

Realçou que a Indagua Feira não deu nada a ninguém, bem pelo contrário, fazendo sobressair não lhe custar que a Indagua Feira tivesse investido no Concelho para ganhar algum dinheiro, mas que lhe custa ver que a Indagua feira está a ganhar o dinheiro todo. -----

Concluindo, referiu ser recorrente ouvir dizer que não está em curso nenhuma renegociação do contrato mas que, depois, passados 6 meses ou 1 ano, aparece a pancada para pagar nas faturas, frisando que prefere discutir as coisas antes do que, depois, levar a pancada sem saber de onde ela vem. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da proposta (PS: 18, CDS-PP, CDU), 30 votos contra (PSD), e 2 abstenções (BE, Ind.), rejeitar a proposta apresentada pelo membro Sérgio Cirino, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



15 – Regimento da Assembleia Municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, fazendo alusão ao documento resultante do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito, onde constam as alterações ao regimento propostas pelos diferentes grupos municipais, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

O membro *José Leão* (PSD) pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, o que lhe foi concedido. Propôs, uma vez tratar-se de um assunto que podia ser discutido na sessão seguinte, e dado o adiantar da hora, que este ponto fosse discutido na próxima sessão da Assembleia Municipal, sendo o primeiro ponto da Ordem do Dia dessa sessão. -----

O Sr. Presidente da Assembleia submeteu a proposta feita pelo membro José Leão a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 52 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta em referência. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,30 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,